

Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

***Cultura Escolar: ensaio sobre a arquitetura de uma  
escola pública***

Rayane Jéssica Aranha da Silva

Campinas  
2011

Rayane Jéssica Aranha da Silva

***Cultura Escolar: ensaio sobre a arquitetura de uma  
escola pública***

Trabalho de Conclusão  
de Curso apresentado à  
Faculdade de Educação, da  
Universidade Estadual de  
Campinas como requisito  
parcial para a obtenção de  
título de 'licenciado em  
pedagogia'.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Martins

Campinas

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

Si38c	<p>Silva, Rayane Jessica Aranha da, 1989- Cultura escolar: ensaio sobre a arquitetura de uma escola / Rayane Jessica Aranha da Silva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Maria do Carmo Martins. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Arquitetura escolar. 2. Cultura escolar. 3. Memória. 4. Bairros – Campinas (SP) – História. 5. Habitações populares – Campinas (SP). I. Martins, Maria do Carmo, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>11-0104-BFE</p>
-------	--

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus professores que contribuíram para minha formação intelectual. À minha rede de amigos e a minha teia familiar: Maria de Lurdes Aranha.

*“Na cidade há espaço, mas não espacialidade; o ser humano vive no espaço que fica entre as coisas cheias. Vive no espaço que fica entre os edifícios, no vazio que deixam os muros de uma casa”.*  
(Barbury, Antiago, 1980, p. 31)

*“Para entendermos a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc”.*  
(Spósito, Eliseu, 1996, p.12)

*“É no espaço público que a experiência humana toma forma de sinais exequíveis, de símbolos, signos de padrões de conduta e de sistemas de ordem. É na cidade que encontramos de forma mais intensa e aparente os produtos da civilização: os rituais e marcas simbólicas de pertencimento e dominação. É nela que encontramos parte da memória dos homens. É na cidade que o tempo torna-se visível, tanto nos edifícios, ruas e praças como mais claramente no testemunho escrito. É nela, que o tempo toma corpo, passa a ter materialidade, podemos tocá-lo e sentir sua presença”.*  
(Gonçalves,2002)

*“There are places I remember all my life,  
Though some have changed,  
Some forever, not for better,  
Some have gone and some remain”.*  
(The Beatles, In my life)

## **Agradecimentos**

Agradeço imensamente a Deus por ter me dado forças durante a caminhada para a construção deste trabalho.

À minha mãe que sempre me conscientizou da importância da educação para o crescimento pessoal e intelectual de uma pessoa.

À orientadora deste trabalho, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo Martins, pela valiosa orientação, interlocução e pelo constante incentivo, fatores esses a tornam um exemplo de vida para mim. Carminha muito obrigada por tudo.

À EMEF “Padre Francisco Silva”, pela promoção de uma acolhida respeitosa na comunidade escolar e, pela confiança no meu trabalho os arquivos da escola.

À Maria Aparecida, ex-funcionária da Escola Estadual Antônio Fernandes Gonçalves, por compartilhar importantes lembranças e histórias da escola.

À todos meus colegas de graduação, em especial Carolina Fantin, Fernanda Ferragut, Gabriela Bonelli, Glaucia Silva, Hélen Silva, José Carlos, Letícia Antoniazzi, Marina Formis e Thaís, pelos conhecimentos e experiências partilhados nos percursos da minha formação em Pedagogia, da pesquisa acadêmica e da elaboração deste documento. A Priscila pelos incentivos e interlocuções no desenvolvimento deste trabalho.

À todas as pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigada.

## **Resumo.**

Este trabalho analisa a arquitetura do prédio escolar da Vila Castelo Branco, que foi projetado e construído no final da década de 1960. Esta edificação possui grande valor afetivo junto aos moradores do bairro, pois a mesma se configurou como lugar de conhecimento e instrução de várias gerações dos moradores deste bairro.

Desde sua fundação no período da ditadura até os dias atuais, este espaço presenciou a implantação de diversas políticas educacionais, tendo como última delas o processo de municipalização que extinguiu a Escola Estadual Professor Antonio Fernandes Gonçalves e instituiu em seu espaço de físico a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Francisco Silva. Este estudo analisa a arquitetura como programa constitutivo do currículo escolar e a relaciona com a disposição dos ambientes na trama urbana e social.

Palavras-chave: Arquitetura escolar, Cultura escolar, Memória, Bairros – Campinas (SP) – História, Habitações populares – Campinas (SP).

## **Lista de SIGLAS**

BNH – Banco Nacional de Habitação.

CAE- Coordenadoria de Arquitetura Escolar.

COHAB – Companhia de Habitação.

CONESP – Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo.

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental.

FAB – Força Aérea Brasileira.

IESCAMP – Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas.

JOCAD – Jovens contra as drogas.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIED – Laboratório de Informática.

NAED – Núcleo de Ação Educativa Descentralizada.

PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

SFH – Sistema Financeiro da Habitação.

## Lista de Figuras

Figura 1: Inauguração da Vila Castelo Branco, 1967. ....	20
Figura 2: Reportagem sobre a inauguração da Vila Castelo Branco. ....	21
Figura 3: Planta do projeto original das casas da Vila Castelo Branco.....	22
Figura 4: Mapa espacial de abrangência da Vila Castelo Branco.....	23
Figura 5: Planta da disposição das edificações da escola.....	25
Figura 6: Planta original da Escola Antonio Fernandes Gonçalves. ....	29
Figura 7: Teatro semi-arena. ....	31
Figura 8: Cobertura das rampas da escola.....	32
Figura 9: Pavimento direito da escola. ....	33
Figura 10: Fachada da escola em 2000.....	36
Figura 11: Fachada atual da escola. ....	36
Figura 12: Planta da disposição atual dos ambientes da EMEFE Pe. Francisco Silva.....	43
Figura 13: Parque ao ar livre. ....	45
Figura 14: Placa da identificação da escola. ....	54
Figura 15: Entrada do prédio administrativo. ....	55
Figura 16: Portão de entrada dos alunos. ....	56
Figura 17: Espaço elevado dos mastros da escola. ....	57
Figura 18: Rampa coberta que dá acesso ao pavimento inferior da escola. ....	58
Figura 19: Corredor de ligação entre os pavimentos.....	59
Figura 20: Pavimento direito de salas de aula.....	60
Figura 21: Sala de aula.....	61
Figura 22: Portão de entrada para as sala de aula. ....	62
Figura 23: Teatro semi-arena. ....	63

Figura 24: Pavimentos do espaço escolar. ....	64
Figura 25: Pátio esquerdo da escola. ....	65
Figura 26: Parque de madeira ao ar livre. ....	66
Figura 27: Quadra poliesportiva. ....	67
Figura 28: Estruturação dos pavimentos de aula sob pilotis. ....	68
Figura 29: Corredor de ligação dos pátios inferiores escola. ....	69
Figura 30: Refeitório da escola. ....	70
Figura 31: Corredor do pavimento administrativo. ....	71
Figura 32: Caminho lateral ao pavimento administrativo da escola. ....	72
Figura 33: Terreno lateral a área construída da escola. ....	73
Figura 34: Vista aérea do parque e quadra da escola. ....	74
Figura 35. Vista aérea dos pavimentos de sala de aula. ....	75
Figura 36: Vista geral do espaço escolar. ....	76

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Comparativo entre a disposição dos ambientes da Escola Antônio Fernandes Gonçalves e a Escola Padre Francisco Silva .....	44
---	----

## SUMÁRIO

Apresentação .....	13
Capítulo 1: A BELA Vila.....	16
Capítulo 2: Os pilotis de um pequeno palacete .....	25
Capítulo 3: A ARQUITETURA DO (IN)VISÍVEL.....	47
Capítulo 4: Trilha de olhares: Levantamento fotográfico do espaço escolar.....	52
CONCLUSÃO .....	77
ANEXOS .....	80
BIBLIOGRAFIA .....	82

## **Apresentação**

Como uma casa de vila operária, este trabalho é simples, me atrevo aqui a falar sobre o surgimento de uma Vila Bela, que resguarda em seus domínios uma Escola Castelo. As paredes desse castelo acolhem a memória dos que por lá passaram, e abrigam as feições que a ação do tempo e as intervenções do poder público não conseguem apagar.

Sentir-se parte integrante de uma cidade, bairro ou vila, não implica em apenas nela estabelecer morada, abrange um conjunto de relações onde necessariamente há um mergulho nas atividades do cotidiano, nos ritos mágicos e costumes que a lembrança nos faz estabelecer. Podemos morar anos em uma determinada comunidade e nunca nos sentirmos realmente como pertencentes a ela.

Mesmo que parte de sua história pessoal tenha que ser narrada utilizando os referenciais materiais deste local, isto não quer dizer necessariamente que você se sinta parte daquele lugar. Construimos nossa arquitetura de sentido de pertencimento, através de nossas lembranças, boas ou ruins, sendo preciso viver uma determinada experiência para podermos recordá-la, isso ocorre mesmo quando a experiência é vivida de forma indireta, como quando se lê um livro ou se ouve uma história. Quanto mais forte for a sua relação com espaço onde foram fincadas as tramas das lembranças do vivido de cada um, maiores serão os significados das recordações que compõem nossa vida.

É na cidade que nossa mente ganha contornos; somos moldados pelas formas urbanas, as lembranças nos fazem morada assim como o espaço físico, nos habita. A constante reorganização do espaço reflete-se sobre a própria forma de perceber o tempo, é na reformulação das estruturas, reelaboração dos lugares e preservação dos castelos,

que a cidade registra a atitude de uma cultura e de uma época diante dos fatos fundamentais de sua própria existência. A materialidade das estruturas do lugar ao qual pertencemos, atua como um dispositivo ativador de lembranças, muitas vezes nos damos conta de que o tempo passou ao nos depararmos com os muros da antiga escola que estudamos, da velha casa em que moramos e a feição daqueles que um dia amamos. E qual não é nossa surpresa quando (re) descobrimos que as coisas continuam praticamente iguais na fotografia de nossa memória.

Os edifícios públicos e privados, as praças e igrejas, as ruas e avenidas, contam a história não apenas de diferentes arranjos físicos, mas de concepções essencialmente diferentes do destino do homem. O traçado e os aparelhos urbanos na cidade são tanto uma comodidade física como um símbolo dos propósitos e imaginários coletivos que surgem na rede social. O mesmo ocorre com uma escola-castelo no que se refere à abrangência de seus domínios, arquitetura de suas entranhas e a disposição de seus ambientes.

Com forma de um trabalho de conclusão de curso uma narrativa aqui se configura. Navegando nas tramas da arquitetura, como quem faz uma pintura de uma estrutura me dedico a falar... Sob a óptica da memória, desvelando uma história, aqui uma narração irei compartilhar:

*Era uma vez, num tempo não muito distante, uma Vila Bela. Essa Vila de povo singelo presenciou a construção de um belo castelo, cujo valor aqui não me atrevo a revelar. Erigido sob pilotis, destinado a infantis nele um teatro se fez abrigar.*

*O governo orgulhava-se por ter numa vila como aquela uma construção tão monumental. Mas a ação do tempo se fez presente, e a escola que ali era “presente” em um passo de mágica deixou de existir.*

*O lugar que antes acolhia uma escola estadual agora abrigaria uma escola municipal, seria esse o desfecho ideal para nosso castelo real?*

*A presença do mistério nos contos é algo vital, eles instigam o leitor, aqui não será diferente, será igual, por isso proponho ao leitor que nos acompanhe no desvelar dessa história até o final.*

## ***A BELA Vila***

O município de Campinas hoje apresenta uma diversidade interna bastante acentuada, tanto no que se refere à localização de suas atividades econômicas, quanto à distribuição de sua população. Muito dessa diversidade refere-se em parte ao processo de ocupação de seu território.

Fundada em 1797, a partir de um dos desmembramentos do município de Jundiaí, Campinas possui destaque entre as cidades do Estado de São Paulo, tanto por ter se desenvolvido como passagem para o caminho de Goiás<sup>1</sup>, quanto por sua localização geográfica estratégica, próxima ao centro industrial e comercial do estado. Esses dois aspectos somados corroboraram para a construção de uma importante estrutura viária no entorno da cidade, o que acabou por contribuir para o seu desenvolvimento urbano.

O crescimento do complexo cafeeiro foi o grande responsável pelo impulso necessário para que o processo de urbanização de fato lançasse suas bases no estado, dando assim, forma à configuração de uma rede de cidades em seu interior. De acordo com Baeninger (1996), em 1860, Campinas já se constituía como um importante pólo regional de comércio e prestação de serviço.

O município acabou por adquirir grande destaque como rota de passagem e a esse fato atribui-se a causa de seu crescimento populacional advindo da chegada de imigrantes, um dos principais motivos que ocasionara a expansão da cidade. Mesmo com a decadência do café em 1929, o dinamismo da cidade de Campinas permitiu a reorientação de sua estrutura produtiva em cada uma das etapas do desenvolvimento econômico em curso no país. Com a herança deixada pelo complexo cafeeiro, o

---

<sup>1</sup> O Caminho de Goiás, também conhecido como Picada de Goiás foi uma das Estradas Reais surgidas no Brasil em função da mineração, no século XVIII.

município consolidou seu processo de industrialização, e assistiu à crescente urbanização modificar o espaço campineiro.

A política de abertura de novas estradas, recuperação e melhoria das já existentes, além da localização do aeroporto de Viracopos, também contribuíram para a expansão da mancha urbana do município. A essa política atribuiu-se ainda a instalação de indústrias nas principais rodovias (Anhangüera, Bandeirantes, D. Pedro I, Santos Dumont, Campinas/Mogi - Mirim), fato esse que se configura como um dos grandes marcos na história da cidade.

A inauguração da via Anhangüera, em 1948, propiciou o direcionamento de fluxos migratórios para o município no início dos anos 50, bem como a expansão da cidade, com um aumento de seu perímetro urbano. (BAENINGUER, 1996, p. 44).

A boa estruturação viária da cidade sinalizava a necessidade de um planejamento urbano para dar conta da perspectiva de eminente expansão do município. Levando em consideração essa necessidade, em 1934, o então prefeito Prestes Maia elaborou o Plano de Melhoramentos Urbanos para Campinas. O plano alicerçava-se em quatro aspectos de necessidade do município:

(a) rápida comunicação interna, (b) funções definidas espacialmente, (c) estabelecimento de espaços para sua expansão e (d) devido ao histórico de passagem de Campinas, investimento no seu centro também como uma rota de comunicação dinâmica. (RODRIGUES, 2008, p. 47)

O Planejamento urbano de 1934 acabou por interferir na organização espacial da cidade, de modo que, a partir de 1950, a urbanização em Campinas apresentasse traços que se caracterizavam pela segregação nos moldes centro-periferia (RODRIGUES, 2008).

A valorização agregada aos imóveis da região central expulsou as camadas populares para as áreas mais periféricas, segundo Baeninger (1996) isso aconteceu, com

a sanção do poder público, seja pela aprovação de loteamentos, seja pelo provimento mínimo de infra-estrutura urbana e normas urbanísticas.

De acordo com Caiado et al. (2002), é possível notar dois períodos nos quais se formam duas periferias na cidade. A primeira vai até 1959, quando se instituiu o Código de Normas e Urbanismo, e a segunda periferia se forma entre 1965 e 1979 com a construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH<sup>2</sup>, essas construções ocorriam “em áreas distantes da área urbanizada e aberta de loteamentos populares com pouca ou nenhuma infra-estrutura” (CAIADO ET AL., 2002, p. 125). De 1974 em diante, os conjuntos habitacionais vão sendo construídos cada vez mais distantes da região central.

A partir de 1960, e principalmente na década seguinte Campinas tornou-se um dos eixos mais importantes da expansão industrial do estado, e data deste mesmo período o surgimento das primeiras favelas e cortiços na cidade. A desconcentração relativa à atividade industrial a partir da região metropolitana de São Paulo conduziu o município a um acelerado crescimento econômico e populacional.

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH<sup>3</sup>) pela ditadura militar surtiu impacto direto à oferta de moradia e emprego para os trabalhadores de renda baixa. As ações do BNH foram divididas em três frentes: as cooperativas habitacionais; caixas econômicas, associações de poupança e empréstimo e as companhias habitacionais que

---

<sup>2</sup> Sistema Financeiro da Habitação (SFH) é um segmento especializado do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4380/64, no contexto das reformas bancária e de mercado de capitais. O sistema previa desde a arrecadação de recursos, o empréstimo para a compra de imóveis, o retorno desse empréstimo, até a reaplicação desse dinheiro.

<sup>3</sup> Criado em 1964, através da Lei 4.380, o BNH (Banco Nacional da Habitação) tinha por função a realização de operações de crédito — sobretudo de crédito imobiliário. O banco foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.1986, o qual o repassou à Caixa Econômica Federal.

tinham por objetivo atender a população menos favorecida e auxiliar as prefeituras na implementação desta política (LEHFELD, 1988).

Esse contexto possibilitou um fortalecimento da discussão do crescimento populacional e da pobreza como pauta das questões administrativas da cidade. Como resposta às necessidades habitacionais existentes na época, cria-se e implanta-se na cidade uma unidade da COHAB (Companhia de Habitação), no ano de 1967.

A COHAB local, implantada em 1967, contribuiu significativamente para dotar de novos contornos a ocupação urbana de Campinas. Se inicialmente esta acompanhou a instalação das plantas industriais, posteriormente, de acordo com Zimmermann (1989, p. 128) “a construção de moradias para as classes de renda mais baixa direcionou-se majoritariamente para as proximidades das áreas loteadas esparsamente. (BAENINGUER, 1996, p. 59).

No âmbito da política habitacional desenvolvida pelo poder público nesta época, o Conjunto Habitacional Vila Rica, foi o primeiro a ser construído pela ditadura militar em Campinas. Localizado na região sudoeste, logo após a via Anhanguera, este conjunto foi o marco da nova política habitacional para a população de baixa renda no município.

A escolha dos futuros moradores da Vila Rica se deu por meio dos seguintes critérios: 1º - famílias moradoras em barracos ou sub-habitações; 2º - funcionários públicos mais necessitados; 3º - cortiços e 4º - expropriados pela prefeitura. Após serem submetidas à triagem inicial, as famílias pré-selecionadas tinham que comprovar renda, tempo de residência na cidade, e número de dependentes, além de não possuir nenhum outro imóvel (GONÇALVES, 2002). Os meses que antecederam a inauguração da Vila Rica também anunciaram a compra e início dos trabalhos para a construção de outro conjunto habitacional, a então nomeada Vila Bela.

Concebida em duas etapas entre 1967 e 1968, a Vila Castelo Branco teve em sua totalidade 1.112 unidades habitacionais construídas, sendo que 688 foram entregues na

primeira etapa e 444 na segunda. Inicialmente o Conjunto Habitacional Vila Castelo Branco era denominado Vila Bela. A alteração do nome ocorreu em função da morte do ex-presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco<sup>4</sup>, em um acidente de avião. A aeronave em que ele viajava chocou-se com um jato da FAB<sup>5</sup> em pleno ar. Foram muitas as homenagens a ele prestadas, sendo uma delas a alteração do nome do novo conjunto habitacional em Campinas, com a respectiva entronização de seu busto em praça pública.



Figura 1: Inauguração da Vila Castelo Branco, 1967.

Fonte: (GONÇALVES, 2008).

---

<sup>4</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco (20/07/1900 – 18/07/1967) foi militar e político brasileiro, primeiro presidente do regime militar instaurado pelo Golpe Militar de 1964.

<sup>5</sup> Força área brasileira.



Figura 2: Reportagem sobre a inauguração da Vila Castelo Branco, imagem do busto de homenagem ao Presidente Castelo Branco.

Fonte: (GONÇALVES, 2008).

Valendo-se do padrão determinado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU<sup>6</sup> – as casas da Vila Bela foram projetadas de forma a economizar terreno, material e mão-de-obra, bem como tempo de construção. De modo contrário à Vila Rica, as casas deste segundo empreendimento eram geminadas, duas a duas, distribuídas em terrenos de 135m<sup>2</sup> cada. De acordo com Gonçalves (2002) esta configuração padrão facilitava a construção, pois era comum às casas a cumieira central, fato esse que possibilitou a não necessidade de recuo lateral. A instalação elétrica também era simplificada, os relógios de medição de consumo eram alinhados partilhando o mesmo poste. No que se refere à ligação de água e esgoto, estas, também eram divididas, mas possuíam sistemas independentes.

<sup>6</sup> Criado pela lei federal 4.380 de 21 de agosto de 1967, este organismo estatal era responsável pela elaboração e coordenação da política nacional no campo do planejamento local integrado, através do estabelecimento de normas, e roteiros para os planejadores. (FERREIRA, 2007).

Na Vila Castelo Branco as casas geminadas tinham de um a três dormitórios, além de sala, cozinha e banheiro, com área média de construção de 23m<sup>2</sup>.



Figura 3: Planta do projeto original das casas da Vila Castelo Branco

Fonte: (GONÇALVES, 2008).

A mesma simplicidade presente na construção das casas, não fora encontrada na adaptação ao novo lugar de morar. Relatos de moradores feitos na reconstituição da história do bairro ao pesquisador José Roberto Gonçalves, em sua dissertação de mestrado, revelam as angústias e dificuldades dos novos moradores em relação à nova vida que ali se alicerçava. Os primeiros moradores da Vila, em seus primórdios de existência, presenciaram a constituição e configuração do bairro passo a passo, melhoria a melhoria. As lembranças dos moradores relacionadas aos primeiros anos do bairro relatam as dificuldades provenientes da falta de infra-estrutura no bairro que sofria pelas ausências de transporte, água e áreas públicas para o lazer.

Em meados de 1960 a área noroeste da cidade era tida como uma região longínqua, de difícil acesso, um verdadeiro “fim do mundo”. Essa conotação ganha significado quando nos confrontamos com a estruturação dessa área da cidade no período em questão. O lugar que abrigava a nossa “Vila Bela” tinha como principal via de

ligação com a região central da cidade a Avenida John Boyd Dunlop, que na época era uma pista só, cujo asfalto ia somente até a fábrica da Pirelli<sup>7</sup>. Nessa época bairros como o Jardim Garcia e Vila Padre Manuel de Nóbrega ainda não haviam se configurado no cenário espacial da cidade. A Avenida Ibirapuera, uma das mais importantes da Vila Castelo Branco, já existia no bairro, mas era de terra. A mobilidade dos trabalhadores da Vila era muito complicada, uma vez que precisavam ir a pé até o Jardim Aurélia para lá poderem tomar o ônibus para seus respectivos trabalhos, que em sua grande maioria localizavam-se na região central da cidade.



Figura 4: Mapa espacial que sinaliza em vermelho a região de abrangência da Vila Castelo Branco.

Fonte: Google Maps

Após muita luta e um longo tempo de espera, as melhorias começaram a se efetivar no bairro; asfalto, comércio, e a tão ansiada água já não eram mais as demandas desse bairro. Importante mencionar que a princípio a água ofertada para população da Vila estava disponível em um único ponto do bairro, na Escola Estadual Antônio Fernandes Gonçalves, e esse é um dos grandes fatos relacionados a esse espaço, que

<sup>7</sup> A implantação da fábrica da Pirelli em Campinas data de janeiro de 1970, essa fora a segunda unidade a ser implantada no Brasil.

habitam a memória dos primeiros moradores, como assim menciona o estudo de Gonçalves (2002).

Supridas as necessidades básicas dos moradores, os espaços de convivência públicos ou não do bairro, começaram a receber um maior significado e relevância na vida cotidiana e memória dos habitantes da Vila. Com o transcorrer do tempo os espaços ganharam mais vida de presença humana, as praças foram povoadas, a escola mais exaltada e comunidade mais coesa. Temos no bairro hoje, frente a frente, dois grandes marcos no espaço da Vila, o Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe<sup>8</sup> e Escola Estadual Antônio Fernandes Gonçalves. Não é somente na memória dos moradores que esses dois monumentos ganham destaque no bairro, em termos de simbolismo, importância de existência, singularidade arquitetônica e beleza ambos se constituem como referências no espaço. A igreja tem grande importância, mas é a escola que me enche os olhos, ela aqui é o enfoque do meu olhar, estrutura da minha breve discussão e arquitetura de trama desse trabalho.

---

<sup>8</sup> Inaugurado em 12 de Dezembro de 1993.



Dirigido em seu início pelo professor Italo Barioni, o Grupo Escolar Castelo Branco funcionava com 20 salas de aulas, o que lhe possibilitou atender a grande quantidade de crianças pertencentes às famílias operárias do bairro. Em 1971 o projeto de lei número 288, apresentado pelo deputado Salvador Julianeli, alterou o nome do Grupo Escolar da Vila Castelo Branco para Grupo Escolar Professor Antonio Fernandes Gonçalves<sup>9</sup>.

As características arquitetônicas desta instituição a diferenciam das demais escolas de Campinas e cabe aqui acrescentar que ela não se assemelha aos estilos empregados nas construções existentes nas suas imediações. O que nos leva a crer, na visão deste trabalho, que sua construção visava não apenas atender a demanda de alunos do bairro, mas também ganhar destaque em meio às casas populares presentes ao seu redor. A área a qual está inserida é de grande visibilidade e a instalação de uma escola de um porte significativo, tanto em relação ao seu tamanho quanto ao estilo arquitetônico moderno empregado em sua construção, significava de algum modo uma propaganda dos projetos e investimentos da Ditadura em relação à nova proposta de educação como meio de transmissão da racionalidade tecnocrática como instrumento que viabilizaria a concretização do slogan “Brasil Grande Potência”. Pautado na projeção de desenvolvimento econômico do país, a educação se fez (re) estruturar em decorrência às demandas científicas e tecnológicas que a sociedade urbano-industrial necessitava.

No período de ditadura, o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, ambas tinham como objetivo estabelecer uma ligação intrínseca entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização das relações capitalistas de produção.

---

<sup>9</sup> O Professor Antônio Fernandes Gonçalves (18/08/1883 - 8/05/1943) nasceu em Caconde. Publicou em 1933, pela tipografia Tigani, um livro narrando os principais fatos da Revolução Constitucionalista de 1932 em Caconde, intitulado: "Caconde e a Revolução Paulista".

Por conseqüência, defendemos a tese de que a política educacional do período entre 1964 e 1985 estava, em última instância, vinculada organicamente ao modelo econômico que acelerou, de forma autoritária, o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Ainda mais: foram reformas educacionais que estavam inseridas num contexto histórico de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, cujas transformações societárias se desenrolavam desde 1930. (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 336).

No que diz respeito à educação, os tecnocratas defendiam como premissa a aplicação da “teoria do capital humano”, como embasamento teórico-metodológico para a ampliação da produtividade econômica da sociedade. A “teoria do capital humano”, desenvolvida por Theodore W. Schultz infere que a instrução e a educação são valores sociais que possuem caráter econômico, e neste sentido podem ser consideradas como “bem de consumo” que se constitui como bem permanente de longa duração. Para o referido autor:

Os investimentos na instrução não podem ser minimizados; muito ao contrário, são de tal magnitude que alteram, radicalmente, as estimativas, geralmente aceitas, do total das poupanças e da formação de capitais, que estão em curso. Deverão ser reformulados os conceitos estabelecidos com relação aos elementos de formação do pagamento e salários (renda relativa), à distribuição da renda por pessoa e às fontes de crescimento econômico. (SCHULTZ, 1973, p. 26).

Desta maneira a “teoria do capital humano” estabelece uma relação entre educação e economia, na medida em que a primeira pode ampliar a capacidade de produção da segunda. Em síntese no contexto de crescimento econômico estabelecido no período de ditadura militar, a educação seguiu a lógica dos interesses econômicos. Em 1975 Ney Braga discorria sobre as questões educacionais do país e assinalava uma resposta à ideologia tecnicista vigente:

O grande desafio que a política para o desenvolvimento econômico e social do País nos impõe é este: que tipo de educação construir e oferecer às crianças e jovens do Brasil de hoje? A resposta a este desafio está

intimamente associada aos objetivos ou fins que aquela política de desenvolvimento pretende alcançar. Tais propósitos estão definidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Este autodefine-se como dotado de “forte conteúdo social”. Identifica como “objetivo maior de todo o planejamento nacional (...) o homem brasileiro, nas suas diferentes dimensões e aspirações”. O modelo de desenvolvimento escolhido é, coerentemente, um “modelo brasileiro de sociedade aberta, social, racional (...)”. (BRAGA, 1975, p. 3).

Fora sob o contexto dos ideais educacionais anteriormente tratados, que o prédio do Grupo Escolar Antônio Fernandes Gonçalves foi erigido. Estruturada e organizada em três blocos a edificação da escola teve sua construção e supervisão executada pelo órgão do estado CONESP<sup>10</sup> (Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo). O primeiro pavimento, com 240,48 m<sup>2</sup>, abrigava as atividades administrativas da escola organizadas nos seguintes ambientes: portaria, secretaria, direção, biblioteca, depósito, sanitários administrativos, sala de auxílio da direção e gabinete dentário. O segundo e terceiro pavimento foram destinados às salas de aula e, apresentam planta simétrica com 696,96 m<sup>2</sup>, tendo suas faces principais opostas e espelhadas em direção ao teatro da escola como mostra a planta abaixo:

---

<sup>10</sup> O CONESP fora extinto pelo governador do Estado Orestes Quéricia no decreto de número 26.917/87 de 17 de março de 1987. Hoje as incumbências que atendidas por esse órgão, atualmente estão a cargo da Fundação para o desenvolvimento da Educação – FDE.



Ao adentrarmos a escola, voltando-nos para direita vemos um espaço elevado com três mastros direcionados para o pavimento administrativo da escola, no lado contrário, temos uma visão do grande terreno sem área construída pertencente à escola. Os alunos, ao entrarem na escola, se deparam num primeiro momento com o espaço destinado à gestão escolar. A entrada para as salas de aula, porém, é feita por dois caminhos que contornam essa primeira edificação e dão acesso aos corredores que levam às classes, bem como às rampas que ligam ao segundo nível da escola. Chama-nos atenção a amplitude dos espaços de gestão, cada um dos ambientes possui como ligação um grande corredor que faz frente para o teatro externo da escola.

O teatro ao ar livre da escola possui dez lances de arquibancada e um palco, essa característica nos remete a um teatro de arena, mas ele não o é. Um teatro de arena é um espaço em geral dedicado a apresentações teatrais e artísticas, onde o palco se posiciona no centro de uma circunferência, na qual está a platéia. Para se ter um teatro de arena, não se faz necessário um espaço com arquitetura delineada para este fim, ele pode ser constituído em demais espaços onde a platéia em arquibancadas se posicione formando uma roda ao entorno do palco. No caso o teatro externo da escola se enquadra a configuração de um teatro semi-arena, pois a platéia não circula o palco. Tal fato possui uma implicação que possivelmente fora levada em consideração na elaboração deste espaço, pois o teatro semi-arena possibilita uma maior elaboração de cenários por ter uma estrutura fixa no palco, o que é um ganho se comparado ao teatro de arena. Importante mencionar que tanto o teatro de arena, quanto o semi-arena são ambientes que proporcionam uma maior proximidade e intimidade entre público e obra, platéia e espetáculo.



Figura 7: Teatro semi-arena da escola. 20/05/2011.

Enlaçando o teatro semi-arena da escola temos dois pavimentos destinados às salas de aulas. As classes possuem 48m<sup>2</sup> de área total que receberam forração em taco no projeto original, lousa e janelas projetantes que conferem um maior contato visual com o exterior, iluminação, ventilação e, conseqüentemente, conforto térmico. Em ambos os pavimentos existem dez salas divididas por um corredor de 34 metros de extensão, há também um sanitário feminino, e um masculino destinado aos alunos. Os três pavimentos da escola anteriormente descritos foram cobertos com telhas de fibrocimento no formato trapezoidal conhecidas como *Eternit*, esse material é bastante utilizado para cobrir obras de grande porte devido ao seu bom custo-benefício.



Figura 8: Cobertura das rampas de acesso ao pavimento inferior da escola. 20/05/2011.

Os dois pavimentos de sala de aula e suas rampas laterais de acesso ao bloco três da escola têm suas estruturas fundadas sob pilotis. A palavra *pilotis* é de origem francesa e caracteriza um sistema de construção baseado na sustentação de uma edificação através de uma grelha de pilares, ou colunas em seu pavimento térreo. O uso dos pilotis é apontado por Le Corbusier<sup>11</sup>, em sua publicação na revista *L'Esprit Nouveau* de 1926, como um dos cinco pontos da nova arquitetura do século XX. Em geral a utilização deste arquétipo em construções, justifica-se por dois fatores. O primeiro de ordem mais funcional, diz respeito ao aproveitamento dos espaços, pois o pilotis “descola” a edificação do chão, liberando o piso abaixo a sua estrutura para uso, tornando-o mais permeável; o

---

<sup>11</sup> Le Corbusier é o mais conhecido pseudônimo do suíço Charles-Edouard Janneret-Gris, considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX.

segundo aspecto diz respeito à estética, uma vez que a sustentação não está mais no “chão”, passamos a ver a construção como uma “caixa no ar”, o ambiente urbano ganha uma perspectiva nova.



Figura 9: Pavimento direito da escola. 20/05/2011.

A utilização da sustentação sob pilotis dos pavimentos destinados às salas de aula possibilitou o ganho de 429,4m<sup>2</sup> na área de construção da escola. Esse “novo” espaço foi utilizado de duas formas. O primeiro uso abarca um galpão multifuncional de 373m<sup>2</sup> e ambientes fechados destinados a uma cozinha, refeitório e depósito da escola, enquanto o segundo abriga um teatro, um conjunto de lavatórios e uma área de construção dedicada à zeladoria do prédio com sala, cozinha, banheiro e dormitório. No mesmo grau de nivelção dos ambientes anteriormente descritos temos uma quadra poliesportiva com

586m<sup>2</sup>. Esse último espaço de área construída da instituição não possui cobertura, mas teve seu entorno preenchido com árvores de médio porte, o que em alguns horários do dia proporcionava sombra para a mesma. O castelo “flutuante” da Vila Castelo Branco tinha seus domínios delimitados por uma cerca de arames do tipo alambrado.

Com o decorrer do tempo o prédio escolar criado no final da década de 1960 assistiu às transformações urbanas de seu entorno, e hoje se configura no contexto urbano como um referencial arquitetônico de um passado próspero. Atualmente a escola preserva à vista de sua vizinhança somente os traços de sua arquitetura que se fazem revelar pelas brechas das grades e entremeios dos portões. O bairro não é o mesmo, e a escola não é mais aquela.

Em janeiro de 2008, sob direção da professora Silvia Watanabe, a Escola Estadual Antonio Fernandes Gonçalves foi extinta<sup>12</sup> pelo poder público e deixou de funcionar. O processo de desativação da instituição, de acordo com antigos funcionários, ocorreu do dia para a noite. De forma repentina o castelo de vivências, histórias, memórias e significados daquele lugar se fez ruir, da mesma forma como acontece com os castelos de areia. Dessa forma o prédio presenciou o apagamento da história de uma escola com quarenta anos de existência por meio de um trâmite de “municipalização”.

A municipalização das escolas é um processo que vem ocorrendo de forma progressiva no estado de São Paulo, buscando cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB<sup>13</sup>), que menciona no artigo onze, inciso cinco:

**V** - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais

---

<sup>12</sup> De acordo com a Diretoria de Ensino Leste de Campinas, este é o termo técnico empregado ao que ocorrera com a Escola Estadual Antonio Fernandes Gonçalves.

<sup>13</sup> Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica. (BRASIL, Lei nº9.394, 1996).

No estado de São Paulo o poder público tem executado seu processo de municipalização de duas maneiras. O estado por meio de decreto transfere sua instituição escolar de nível fundamental para o município e, esse por sua vez assume o prédio, funcionários<sup>14</sup> e as responsabilidades educacionais da matrícula daqueles alunos que anteriormente estavam a cargo do estado. Neste caso mantém-se a mesma estrutura organizacional utilizada pelo estado.

O outro meio adotado pelo estado para realizar a municipalização ocorre nos seguintes parâmetros: a prefeitura assume o prédio e os alunos, e entra com sua própria rede de funcionários para manter o funcionamento da instituição, utilizando assim a chancela de educação municipal. Foi neste último molde que a Escola Estadual Professor Antonio Fernandes Gonçalves foi extinta. A documentação da escola e seus antigos funcionários foram realocados junto à Escola Estadual Professor Fabio Faria de Syllos, no Jardim Aurélia, bairro “próximo” a Vila Castelo Branco.

---

<sup>14</sup> O Estado por meio de convênio “empresta” seus servidores ao município. Esses por sua vez continuam trabalhando na instituição escolar que foi municipalizada. Nesta relação há uma ressalva, o estado continua pagando seus funcionários normalmente, entretanto nos municípios cujo salário pago aos funcionários for superior ao realizado pelo estado ocorre uma complementação financeira, sob forma de abono pelo município que os absorveu, a fim de promover a equiparação salarial de “seus” funcionários.



Figura 10: Fachada da escola em 2000.

Fonte: Acervo da Escola Antônio Fernandes Gonçalves.



Figura 11: Fachada da Escola. 20/05/2011

Hoje a rua Forno número 440, abriga a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Padre Francisco Silva”. Essa instituição foi criada por meio do decreto nº6.473 de 16 de abril de 1981, sob o nome de Escola Municipal de Primeiro Grau “Jardim Londres”. Tempos depois essa teve seu nome alterado e recebeu a denominação de Escola

Municipal de Primeiro Grau “Padre Francisco Silva” com a publicação do decreto 7.555 de 29 de dezembro de 1982, na gestão do prefeito Dr. José Nassif Mokarzel. A escola até então estava situada à Avenida Ibirapuera, no Jardim Londres, onde sua estrutura contava com apenas quatro salas de aula. Hoje o prédio anteriormente utilizado por ela serve ao Núcleo de Ação Educativa Descentralizada (NAED-Noroeste<sup>15</sup>).

Os domínios da escola fazem fronteira com duas praças do bairro, além do Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, com entrada arborizada, em um terceiro lado. O espaço escolar ainda conta com um vasto terreno, parte dele arborizado com mais de uma dezena de árvores. A vizinhança da escola teve sua feição alterada, os problemas que antes afligiam esses moradores não são mais os mesmos. As distâncias se encurtaram, a região se desenvolveu e envolveu o bairro e as demais áreas da região noroeste de Campinas. Esse desenvolvimento pode ser ilustrado pela via semi-expressa John Boyd Dunlop, que se situa a menos de um quilometro da escola, onde se localizam os grandes comércios e instituições: faculdades (PUCAMP e IESCAMP), bancos, lojas de materiais de construção, revenda de carros, restaurantes, supermercados, borracharias, oficinas mecânicas, açougues, padarias e uma feira-livre. Esta via hoje liga o centro da cidade aos bairros mais extremos da região Noroeste, cruzando as rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

Há na região diversas instituições religiosas: Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, Igreja “Mãe do Povo” (católicas) e outras Evangélicas (Batista, Quadrangular, Congregação Cristã do Brasil e Assembléia de Deus) e Centros Espíritas Kardecista- e Candomblé. O bairro conta ainda com o Centro de Saúde Integração, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e o Hospital Público “Celso Pierro”, da PUCAMP. Os

---

<sup>15</sup> Os Naeds têm como objetivo assegurar a descentralização e implementação das políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação na Rede Municipal de Ensino de Campinas. Anteriormente o núcleo noroeste localizava-se à Rua Pingüim, na Vila Padre Manoel Nóbrega.

espaços culturais disponíveis são: Casa de Cultura Tainã, Associação de Moradores, Praça dos Trabalhadores, Praça da 'Pedreira', etc.

A vila que surgira bela, e hoje é Vila Castelo Branco, presenciou mais uma mudança, o passar do tempo não promoveu somente a modificação das casas, trouxe também novos moradores e agora uma “nova” escola. Até então as alterações da vila não haviam rompido as entranhas do castelo e essa nova “relação” desencadeou a construção de um novo elo com o espaço que agora de outra forma se faz partilhar. Hoje a vila de casas geminadas vê germinar uma nova relação de significado para aquele espaço.

A EMEF “Padre Francisco Silva” assumiu os alunos da Escola Estadual “Professor Antonio Fernandes Gonçalves” a partir de 2010, e por conseqüência, teve sua área de atuação ampliada, abrangendo em sua totalidade o quantitativo de alunos das duas escolas. Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola:

Com a política estadual de transferência dos alunos de 1º a 5º ano para o poder Municipal, houve o fechamento em 2010 de outra escola estadual que atende 1º a 5º ano na região, e o fechamento dos 1ºs anos de outra, E. E. “Fábio Farias de Syllos”. Uma das conseqüências desta política estadual foi a ampliação em 75% do número de 1ºs anos abertos na unidade para atender os alunos da região em 2011 (de 04 em 2010 para 07 em 2011) e o inevitável fechamento dos dois 9ºs anos. (EMEF Padre Francisco Silva, 2011, p. 7)

Ainda de acordo com o mesmo documento, a Secretaria Municipal de Educação aponta para os próximos anos a tendência de uma provável transferência gradativa dos alunos do 6º ao 8º anos para o ensino estadual, uma ocorrência que vem ao encontro da política educacional do estado. O documento da escola ainda menciona que:

Devido a tais mudanças, do 1º a 5º ano – amplia-se as aulas de Ed. Física e Artes e há a possibilidade de oferta de aulas de inglês para os anos iniciais e até o fechamento deste PP não há professora para ministrar as aulas; 6º a

8º ano - amplia aulas de Português, Matemática, Geografia e História. As aulas de Ed. Física serão no mesmo período das outras aulas e não teremos mais as aulas de Filosofia, Ética e cidadania (FEC). (EMEF Padre Francisco Silva, 2011, p.7).

A alteração curricular assinalada no plano pedagógico da instituição teve seu respaldo no plano arquitetônico que agora a escola dispõe. A organização das disciplinas de Arte e Educação Física podem contar com o novo espaço como fio condutor de novas experiências e aprendizagens.

Os recursos apontados abaixo incluem o patrimônio adquirido com a fusão desta Escola Municipal com a EE “Professor Antonio Fernandes”, embora ainda não esteja definido oficialmente este patrimônio entre Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Estadual de Ensino Leste. (EMEF Padre Francisco Silva, 2011, p.8)

A mudança de endereço aumentou a diversidade da comunidade escolar da EMEF “Padre Francisco Silva”, que hoje é composta em sua maioria por alunos da Vila Castelo Branco e bairros adjacentes como: Jardim Londres, Jardim Garcia, Parque dos Eucaliptos, Jardim Paulicéia, Jardim Roseira, Bairro Ipaussurama, entre outros. A “unificação” da EE Prof. Antônio Fernandes Gonçalves com a EMEF Pe. Francisco Silva, em 2010, também proporcionou um aumento no atendimento de alunos da área de abrangência, pois ao cessar o atendimento em tempo integral<sup>16</sup> muitos alunos de outros bairros, deixaram de freqüentar a unidade e outros que haviam saído da mesma, pelo mesmo motivo, retornaram. De acordo com a escola:

(...) mesmo com esta diminuição dos alunos de fora da área de abrangência, a escola ainda atende um número significativo de crianças oriundas de bairros distantes da unidade que tem acesso a mesma através de transporte escolar, pois os pais consideram a escola um espaço de boa aprendizagem para seus filhos. (EMEF Padre Francisco Silva, 2011, p.11).

---

<sup>16</sup> A Escola Estadual Antonio Fernandes Gonçalves em seu momento de fechamento atendia em período integral, onde os alunos no parte da manhã tinham suas aulas regulares e na parte da tarde participavam de oficinas na própria escola.

O dado apontado no excerto anterior do projeto pedagógico da escola transparece no número de matrículas que a escola possui. Atualmente cerca de novecentos e cinqüenta alunos, com idades variando entre seis a dezessete anos estão matriculados na escola. Os números atuais da instituição também revelam que com a “junção” das escolas o número de alunos por sala praticamente triplicou. Na escola também encontramos um número significativo de alunos com necessidades especiais em todos os ciclos, bem como alunos com defasagem idade/ano nos ciclos III e IV. No que diz respeito à acessibilidade, estão sendo planejadas algumas<sup>17</sup> ações de adequação da estrutura física da escola e de alguns equipamentos que a mesma possui para melhor atendê-los, principalmente os alunos usuários de cadeira de rodas, andadores e cegos, através da Coordenadoria de Arquitetura Escolar (CAE). Há um projeto de instalação, na escola, de uma sala de recursos para atendimento à região Noroeste sob a coordenação do departamento pedagógico da secretaria municipal de educação, sem previsão de execução.

A unidade escolar hoje funciona das 07h00 às 18h30, em dois períodos, e tem em seu proveito um grande espaço físico que se estrutura da seguinte maneira: nos blocos A e B (antigos pavimentos 2 e 3) 15 salas de aula equipadas com armários e ventiladores; um laboratório de informática (LIED) equipado com 16 estações e outro com instalações feitas, aguardando os equipamentos; uma biblioteca com vasto acervo literário, uma sala de leitura com acervo didático, inclusive livros didáticos, e uma sala de arte e vídeo, com materiais e equipamentos específicos; além de quatro banheiros.

No pátio estão uma brinquedoteca/espaço de projetos com jogos e materiais pedagógicos diversos, uma TV e um vídeo; sala de manutenção de

---

<sup>17</sup> O numero de intervenções necessárias à adequação da escola no que se refere à acessibilidade é pequeno, pois a concepção do projeto da escola privilegiou o uso de espaços amplos, portas grandes e rampas na disposição dos espaços.

equipamentos/depósito/ espaço do projeto JOCAD<sup>18</sup>; espaço para uma futura sala de recursos para atendimento de pessoas especiais; parque infantil; quadra coberta; refeitório de alvenaria; cozinha e depósito para alimentos e materiais de cozinha; depósito de materiais de Educação Física, sala de refeições para professores/ outros; dois espaços cobertos, além de dois banheiros. No centro ainda permanece o teatro semi-arena com duas coxias, onde são guardados os instrumentos da fanfarra e outros materiais.

No bloco administrativo duas salas foram destinadas à secretaria, que contam com três computadores e um “arquivo morto<sup>19</sup>” com documentos da Escola Padre Francisco Silva. Importante mencionar que os documentos da Escola Estadual Professor Antonio Fernandes Gonçalves, estão sob a guarda da Escola Estadual Fábio Faria de Syllos, em decorrência do decreto<sup>20</sup> estadual nº 43.072/98, que indica que no trâmite de municipalização a documentação da escola extinta deve ser designada a escola estadual mais próxima, afim de facilitar o acesso da comunidade escolar aos documentos, essa fora a forma encontrada pelo estado para resguardar os documentos que são de sua responsabilidade.

Ainda sobre o bloco de gestão escolar, este possui uma cozinha; depósito de materiais de limpeza e outros; sala de orientação pedagógica com um computador e materiais pedagógicos, sala de professores com quatro computadores; sala da direção com um computador e dois banheiros. A escola ainda possui uma estrutura material que dispõe vinte rádios micro system com entrada para MP3 e pendrive, três data shows, dois notebooks, cinco computadores na sala dos professores estando um deles na sala da orientadora pedagógica, máquina de Braille, jogos multimídia e de tabuleiro e DVDs de

---

<sup>18</sup> Projeto jovens contra as drogas (JOCAD).

<sup>19</sup> Termo usado para o arquivo permanente da escola.

<sup>20</sup> O decreto estadual número 43.072/98 tem por finalidade disciplinar o convênio Estado-Município no trâmite de municipalização.

diversos gêneros e títulos para uso em sala de aulas, bem como DVDs educativos de todas as disciplinas do currículo escolar.

Toda a disposição anteriormente detalhada revela a nova organização espacial da escola, bem como a organização dos usos de seu espaço, como podemos verificar na planta a seguir:

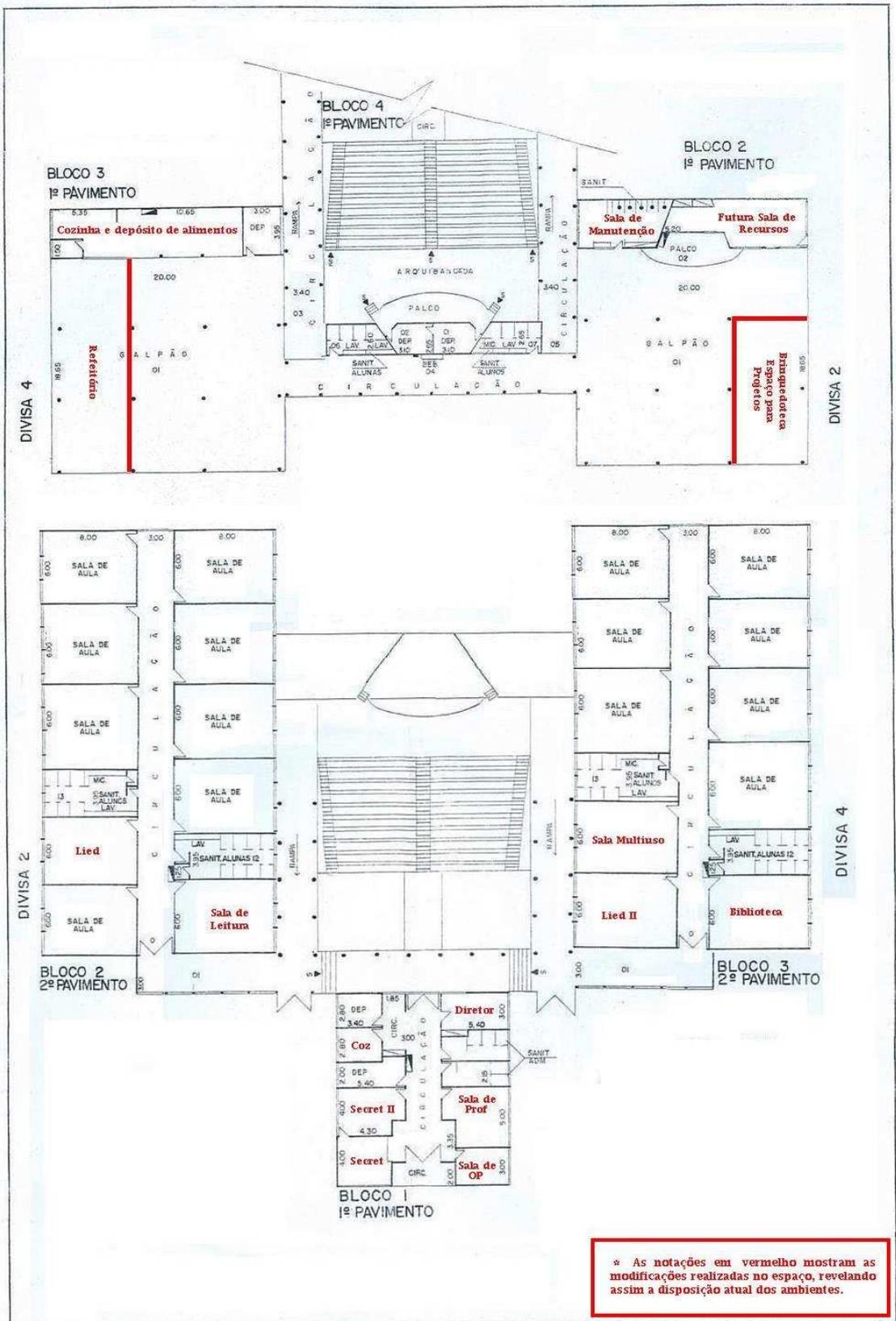


Figura 12: Planta que mostra a disposição atual dos ambientes da Escola Municipal Padre Francisco Silva.

Se compararmos a estrutura física original do Grupo Escolar Professor Antônio Fernandes Gonçalves e a disposição atual dos ambientes da Escola Municipal Padre Francisco Silva o cenário que temos é o seguinte:

Disposição dos ambientes no plano arquitetônico original Grupo Escolar Antonio Fernandes Gonçalves.		Disposição dos ambientes no plano arquitetônico atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Francisco Silva.	
Portaria	01	Secretaria	02
Secretaria	01	Laboratório de Informática	02
Sala do diretor	01	Sala do diretor	01
Sala de professores	01	Sala de professores	01
Depósito Adm.	01	Depósito Adm.	01
Gabinete Dentário	01	“Arquivo morto”	01
Biblioteca	01	Biblioteca	01
Sala auxiliar de Direção	01	Sala de Orientação Pedagógica	01
Sanitários Adm.	02	Sanitários Adm.	02
Salas de aula	20	Salas de Aula	15
Sanitários Fem.	03	Sanitários Fem.	03
Sanitários Masc.	03	Sanitários Masc.	03
Cozinha	01	Cozinha	02
Refeitório	01	Refeitório	01
Depósito	01	Depósito	02
Teatro semi arena	01	Teatro semi arena	01
Teatro interno	01	Teatro interno	01
Casa Zeladoria	01	Sala de manutenção	01
Quadra Poliesportiva	01	Quadra Poliesportiva Coberta	01
TOTAL de Ambientes	42	Brinquedoteca	01
		Sala de Leitura	01
		Sala multiuso	01
		Parque externo	01
		TOTAL de ambientes	46

Tabela 1: Comparativo entre a disposição dos ambientes da escola Antônio Fernandes Gonçalves e Padre Francisco Silva.

A tabela acima ilustra o uso e disposição dos ambientes em dois períodos, na década de 1960, quando o prédio foi construído e ele como se encontra hoje. A área de construção da escola sofreu poucas alterações. Por meio de pequenas mudanças numa mesma rede estrutural a instituição pode aproveitar seu amplo espaço, na diversificação

de recursos educacionais. Dentre essas “poucas” modificações na estrutura da escola, uma se faz emblemática neste processo de (re)criação do espaço escolar e refere-se a presença de um parque paralelo à quadra poliesportiva. De acordo com funcionários da escola umas das primeiras intervenções realizadas na “nova” instituição da prefeitura fora a construção de um parque ao ar livre para as crianças. Seria o parque então uma marca simbólica da nova ocupação que o prédio acabara de receber? Esse questionamento é apenas um dos apontamentos que a pesquisa nos fez levantar.

A presença de um parque dentro de uma escola não representa apenas a configuração mais um lugar de interação, numa trama urbana que cada vez mais limita o espaço e tempo do lazer, esse se constitui como um fio para fruição da cultura<sup>21</sup> corporal. O parque da escola é rústico feito de madeira e está ao ar livre.



Figura 13: Parque ao ar livre da escola. 20/05/2011

---

<sup>21</sup> Entendemos cultura como conhecimento social historicamente construído e acumulado pela humanidade.

A liberdade que o céu lhe dá não é a mesma que a terra oferece, o parque é todo cercado com tela de arames, alias esse tipo de tela também envolve o teatro semi-arena e a quadra poliesportiva. Quase todos os ambientes onde teoricamente os alunos desfrutariam de maior liberdade de acesso e uso estão “enredados”, com exceção do pátio, que é um dos espaços mais representativos dentro do ambiente escolar, uma vez que todas as relações e convivências escolares passam por ele, o que o torna muito importante.

Assim como as telas de arame, que nos vedam o acesso, mas se deixam permear pelo olhar, as paredes e arquiteturas escolares nos falam pelo “emudecer” dos tijolos. Existe um discurso na arquitetura da escola que não está calçado somente na subjetividade humana, ou do olhar apurado de um arquiteto. Ele desmistifica as paredes de vidro e infere que o espaço escolar não é uma dimensão neutra do ensino, tampouco um simples esquema formal ou estruturas vazias da educação (ESCOLANO, 1998). Para este autor, os espaços operam como uma “espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (ESCOLANO 1998, p. 26)”. O discurso proferido pelo espaço escolar não pode ser ignorado ou tampouco esquecido, pois o mesmo exerce uma ação educativa dentro e fora do seu entorno, e essa nem as telas e muros conseguem barrar ou silenciar.

*O essencial é invisível aos olhos.  
(Saint-Exupéry, 2006, p.72)*

## **A ARQUITETURA DO (IN)VISÍVEL.**

Todo espaço possui dimensão humana, pois ele se constitui na materialização das marcas que nele imprimimos. Todos nos lembramos da casa que passamos a infância, avenidas que cruzamos, ruas que andamos, escolas onde estudamos, enfim, locais que de uma forma ou outra nos despertaram significados e hoje povoam as lembranças de nossa memória.

Não há espaço vazio, nem de matéria nem de significado, nem há espaço imutável (THEODORO, 2011). Nada é mais dinâmico do que o espaço, porque ele vai sendo construído e destruído permanentemente, seja pelo homem, seja pela natureza (LIMA, 1989, p. 13). Este espaço carregado de significados onde as relações humanas se estabelecem é, pois, uma moldura sobre a qual as sensações se revelam e produzem marcas profundas que permanecem por toda vida. Por essas e outras peculiaridades, o espaço é também alvo dos poetas.

Subiu a construção como se fosse máquina.  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas.  
Tijolo com tijolo num desenho mágico.  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima  
(CHICO BUARQUE – CONSTRUÇÃO)

O espaço poético fala dos sonhos, medos, recordações, fantasias e também envolve experiências objetivas e relações sociais sob o concreto da materialidade. O espaço físico edificado é humano, portanto, carrega subjetividade<sup>22</sup>. Por trás desse

---

<sup>22</sup> De acordo com (FURTADO, 2002), a subjetividade humana compreende um processo de construção social, intimamente relacionado com as mudanças nos modos de organizar o território e atuar politicamente.

trabalho humano há uma concepção de mundo. O “espaço” não pode ser tomado por si mesmo, ele precisa ser compreendido através do conteúdo a ele agregado pelos atores que de alguma forma ali inscrevem a história. Ao abordar o espaço Milton Santos, menciona que este “é social e não existe sociedade a - espacial; a história não se escreve fora do espaço” (1999).

O espaço público é uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam lugares, cujos usos das delimitações físicas e simbólicas os qualificam e lhes atribuem sentido de pertencimento. Importante ressaltar que nem sempre fronteiras implicam a existência de lugares. Algumas vezes, as fronteiras urbanas somente indicam a presença de espaços sem grandes significados para os atores e suas ações sociais. Um lugar é sempre um espaço de representação, cuja singularidade é construída pelas práticas sociais. Segundo Vinão:

A constituição do espaço como lugar, esse salto qualitativo que implica o passo do espaço ao lugar, é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. (VIÑAO, 2005, p.17).

Dessa forma a escola tem em si um espaço que por sua “ocupação” acaba por converter-se em lugar. No processo de vivência do espaço como lugar, a escola passa a levar consigo a experiência como território por aqueles que com ele se relacionam e interagem.

Quando dizemos “espaço escolar”, estamos nos referindo ao mesmo tempo, a um lugar físico construído pelo homem num dado momento histórico e a uma gama de relações sociais que acontecem na concretização da educação formal. Desse modo, ao tratarmos deste espaço não estamos somente referenciando o edifício construído, nos reportamos também ao conteúdo e a tessitura de relações pedagógicas que nele

acontecem. Para Augustin Escolano, o espaço escolar não é uma esfera neutra do ensino, para ele os espaços operam como uma espécie de “discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (ESCOLANO, 1998, p. 26)”. O conceito de espaço escolar abrange de forma simultânea sua territorialidade geográfica do lugar físico e o conjunto de relações que nele se estabelecem. Sobre essa questão Antonio Frago menciona que:

O espaço escolar não é, pois, um "contenedor", nem um "cenário", mas sim "uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, (...), uns marcos para o aprendizado sensorial e motor e toda uma semântica que cobre diferentes símbolos estáticos, culturais e, ainda, ideológicos". É, em suma, como a cultura escolar, da qual forma parte, "uma forma silenciosa de ensino". Qualquer mudança em sua disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educativa (VIÑAO, 1995, p.69).

O termo cultura escolar está baseado segundo a perspectiva de Antonio Viñao, como o conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, que compreende: “práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escola – objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, (...) – modos de pensar, como significados e idéias compartilhadas” (VIÑAO, 1995, p. 68). Assim pensado, podemos “ver” o espaço escolar como um documento material, visível, que expressa os estilos, gostos, costumes, do passado e do presente. Ele é, portanto, portador de nossas histórias. O espaço escolar se constitui como uma importante identificação arquitetônica, passando a exercer uma ação educativa dentro e fora do seu entorno.

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo

tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares (ESCOLANO, 2001, p. 27).

A citação de Escolano nos chama atenção à dimensão educativa do espaço que fala silenciosamente. É certo que as edificações escolares dizem e querem dizer. Na fala “emudificada” da arquitetura, os códigos do espaço vão sendo decifrados na medida em que as ações educativas do cotidiano se fazem concretizar através das práticas de seus ocupantes. Dessa forma a relação demonstra que “o espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem de muitas formas [...]” (GANDINI, 1999, p. 150). O transparecer da cultura dos “habitantes” do espaço escolar independe das dimensões estruturais que este contém, “o tamanho do espaço depende, pois, da atividade humana (BOLLNOW, 2008 p.223). A educação, por ser uma atividade humana, precisa de espaços e de tempos determinados para ser realizada. Assim, a educação possui uma dimensão espacial e, por outro lado, o espaço juntamente com o tempo são elementos constituintes da atividade educativa (VIÑAO, 2001).

Os estudos que analisam os espaços educativos consideram a arquitetura escolar como um programa, “uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos” (ESCOLANO, 1998, p. 26). Neste sentido analisamos o “ambiente” escolar como um “programa”, um currículo invisível que educa e colabora na constituição de identidades (VIÑAO, 1998).

Assim como o currículo, “o espaço não é neutro e sempre educa.” (ESCOLANO; VIÑAO, 1998, p. 75). O lugar de aprendizagem, a arquitetura do prédio e seus elementos simbólicos, a localização das escolas nas cidades e sua relação com a ordem urbana, a disposição das salas de aulas e de outras instalações, o tipo e a organização das

carteiras e dos móveis escolares e os tempos disponibilizados para cada disciplina também não são elementos neutros na educação. Todos esses aspectos, desde a estrutura arquitetônica do prédio aos detalhes decorativos, devem ser considerados como também parte integrante do currículo escolar, uma vez que correspondem a “padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende” (ESCOLANO, 2001, p. 45).

Para Faria Filho e Vidal, “espaços e tempos fazem parte da ordem social escolar (2000, p. 21)”. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que sugere múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros fatores, sua força educativa e centralidade no aparato escolar.

A proposta de interpretação da arquitetura escolar como um currículo, reitera a constituição da escola como um lugar que proporciona experiências e aprendizagens para além das prescrições instituídas no currículo educacional “formal”. A arquitetura do currículo se dissipa pelo espaço e ocasiona interferências rompem as limitações que o prédio impõe e revestem toda a comunidade. Os símbolos e significados explícitos na materialidade do lugar e na memória dos que com ele se relacionam tem nos contornos da arquitetura escolar um espaço onde os ensinamentos e emoções são despertados, acolhidos e resguardados. O espaço escolar nos oferece mais do que fixações materiais e reverenciais espaciais, a relação não é monolítica ou unilateral, no nosso dialogo com ambiente nos o modelamos e somos por ele modelados.

## ***Trilha de olhares: Levantamento fotográfico do espaço escolar***

Inspirada no levantamento fotográfico realizado no estudo da arquitetura escolar de Ramos de Azevedo, realizado por Paula Lemes (2010). Nele a autora por meio de fotografias nos leva a um passeio pelos contornos de prédio escolar. As imagens capturadas neste caminho fotográfico são da Escola Padre Francisco Silva, entretanto por todos os lados e perspectivas notamos que a escola do passado (Escola Professor Antonio Fernandes Gonçalves) se faz presente.

A priori o enfoque desta narrativa dedicou-se a abordar o espaço ocupado pela Escola Antonio Fernandes Gonçalves, por causa da história que essa possui, e pelas memórias que sua edificação faz emergir. A intenção desta trilha é ilustrar por meio da fotografia a busca pelas permanências e mudanças que ocorreram neste espaço tão significativo.

As próximas imagens são fruto de uma seleção de 324 fotos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Padre Francisco Silva”. Cada fotografia está acompanhada de uma localização e a direção da produção da imagem na planta baixa da escola para que o leitor possa de localizar no edifício.

As imagens estão organizadas em três grupos: pavimento superior, pavimento inferior e planificação geral. No pavimento superior estão retratados seguintes ambientes: entrada da escola, rampa de acesso ao pavimento inferior, corredor de ligação dos blocos de sala de aula, vista do bloco direito, sala de aula, porta da sala de aula, teatro semi-arena, corredor do bloco administrativo e caminho lateral de acesso ao terreno da escola. O grupo que abrange o pavimento inferior possui a fotografia do teatro interno, pátio aberto, corredor de ligação dos pátios inferiores, refeitório. A divisão que corresponde à

planificação geral tem imagens da placa de identificação da escola, portão de entrada dos alunos, espaço elevado dos mastros, vista dos pátios da escola, parque ao ar livre, quadra poliesportiva, terreno lateral da escola e uma seqüência de três imagens feitas da torre do sino do Santuário de Guadalupe que está frente à escola.

A intenção deste levantamento fotográfico é traduzir em imagens<sup>23</sup> a monumentalidade esta escola.

---

<sup>23</sup> Em cada imagem temos a presença da planta baixo do espaço, onde a notação  representa a posição do fotógrafo.

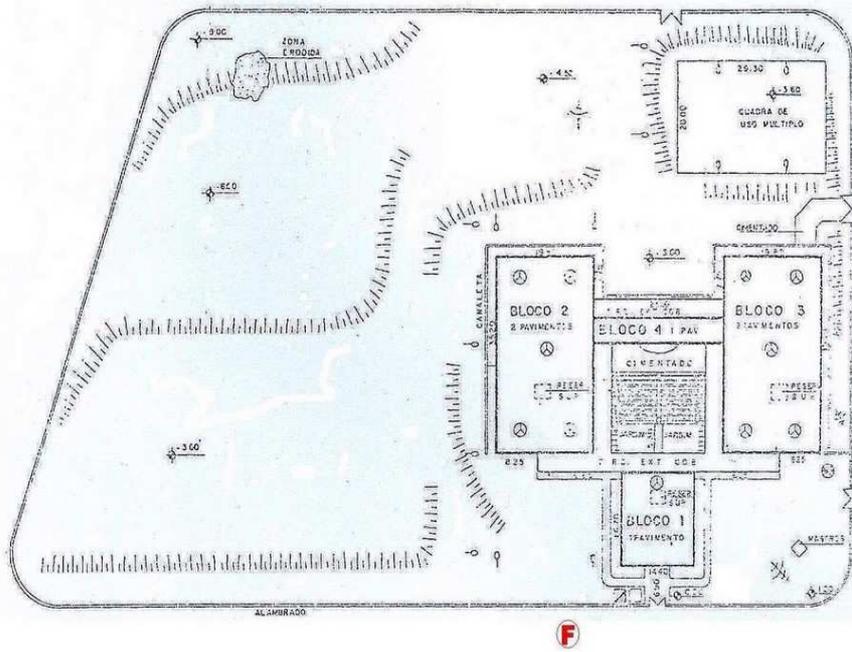


Figura 14: Placa da identificação da escola, localizada a rua Forno. 20/05/2011.

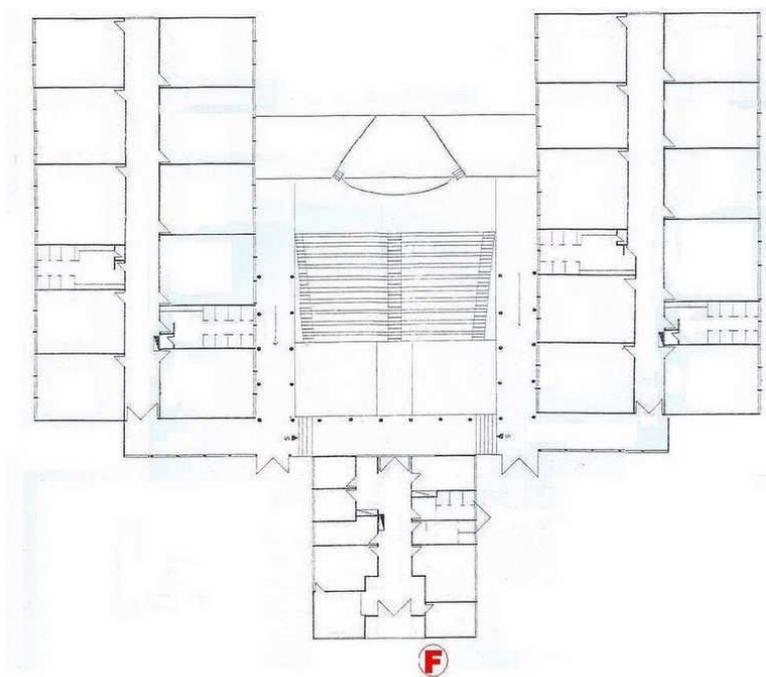


Figura 15: Entrada do prédio administrativo da Escola. 20/05/2011.

O pavimento administrativo da escola ainda possui o portão original de construção.

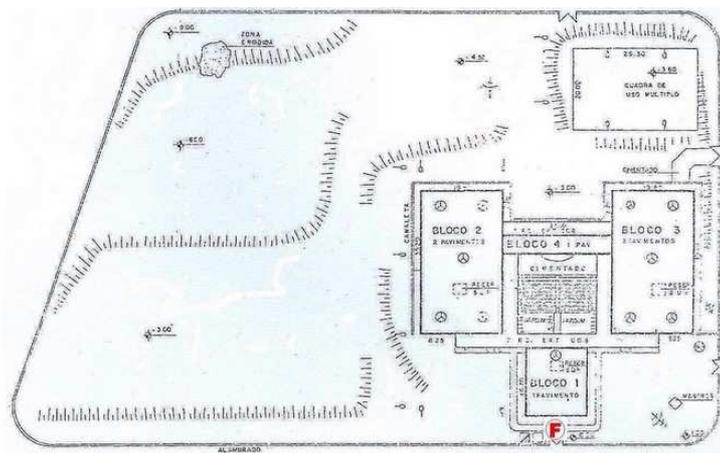


Figura 16: Portão separação da entrada dos anos do atendimento administrativo da escola. 20/05/2011.

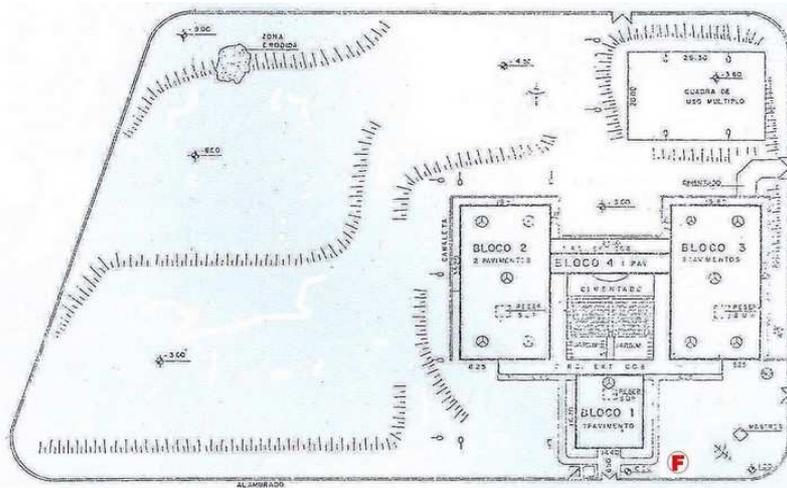


Figura 17: Espaço elevado que no projeto original da escola destinava-se aos mestros da escola. 20/05/2011.

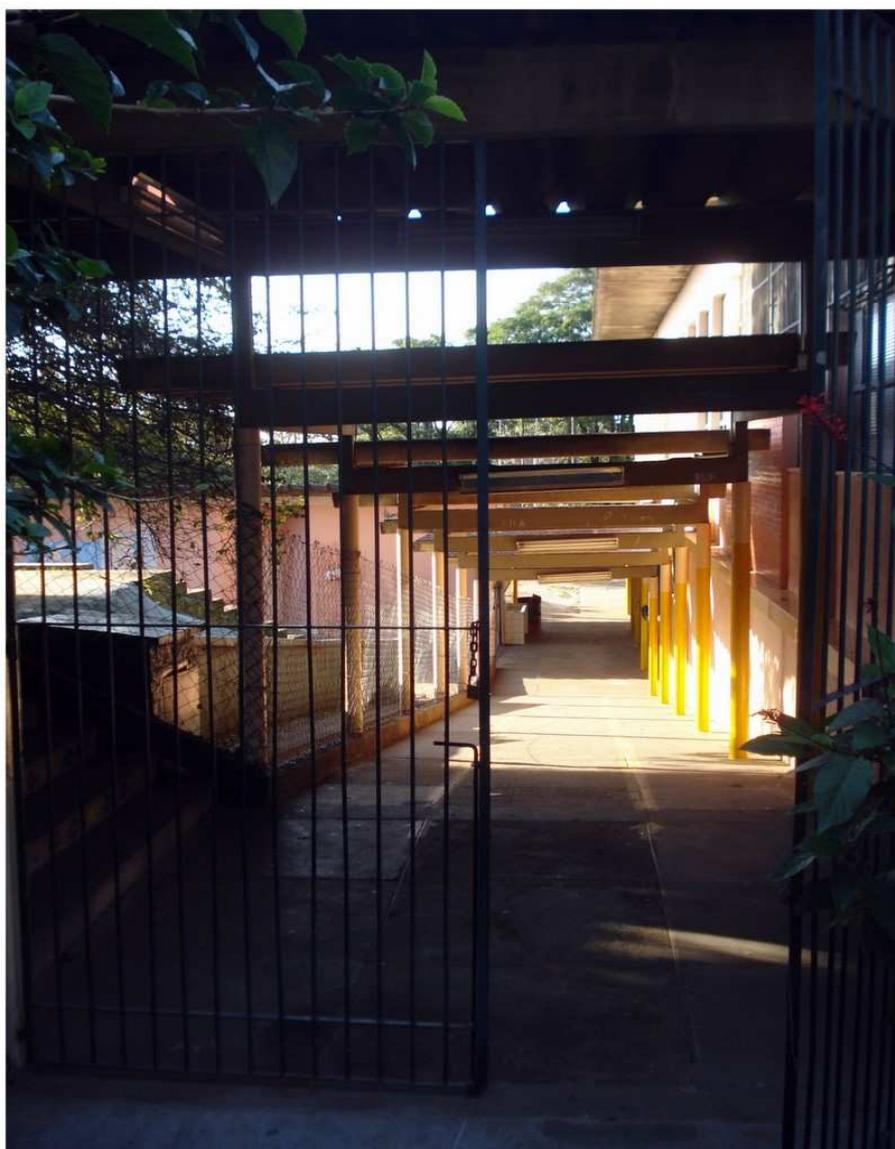
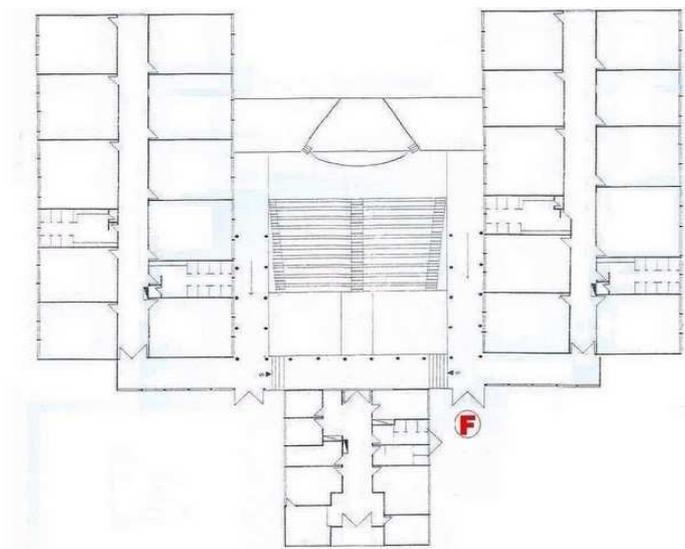


Figura 18: Rampa coberta que dá acesso ao pavimento inferior da escola. 20/05/2011.

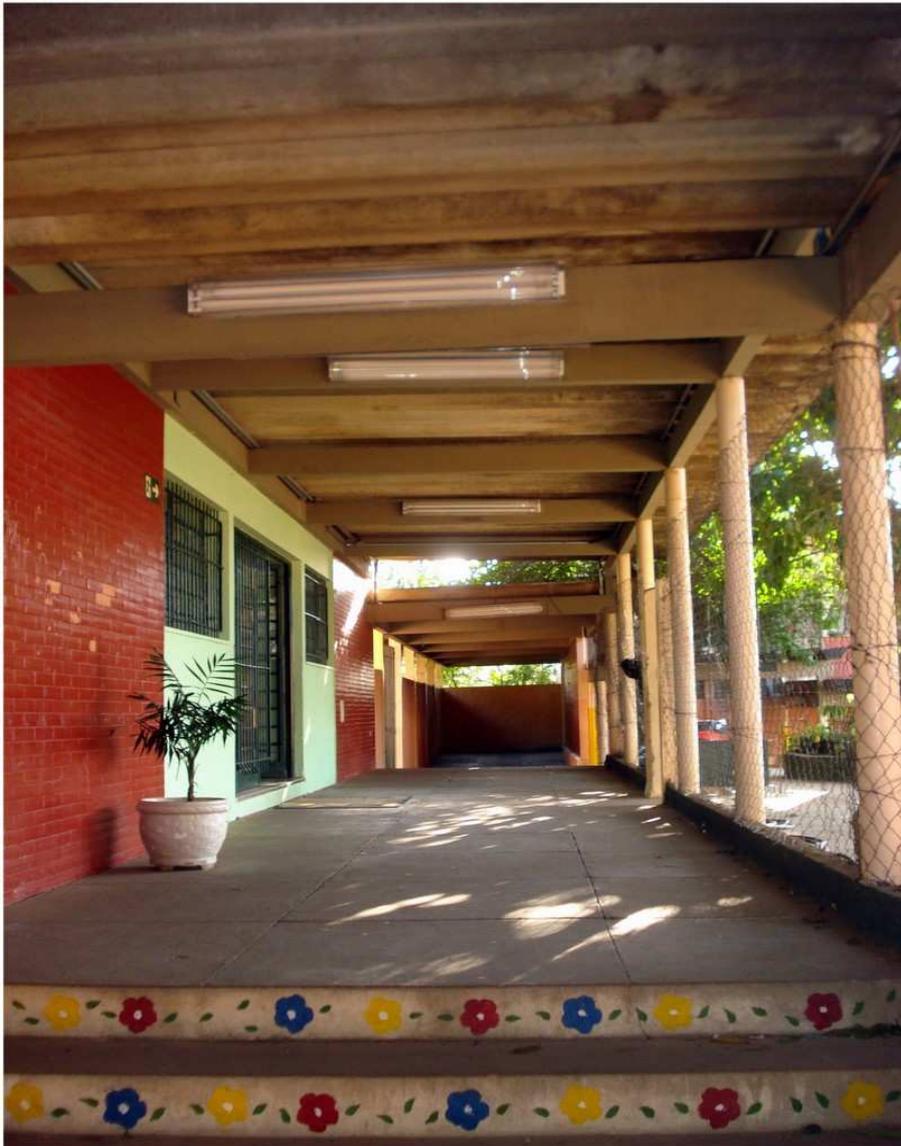
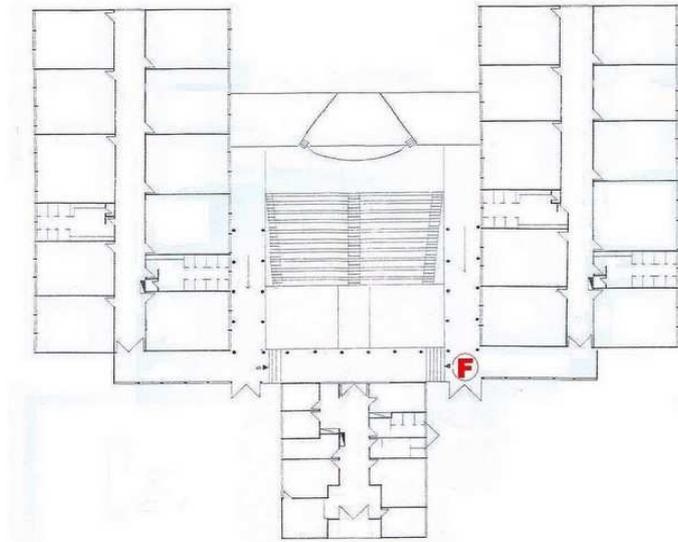


Figura 19: Corredor de ligação entre os pavimentos administrativo, sala de aula e teatro semi-arena. 20/05/2011.

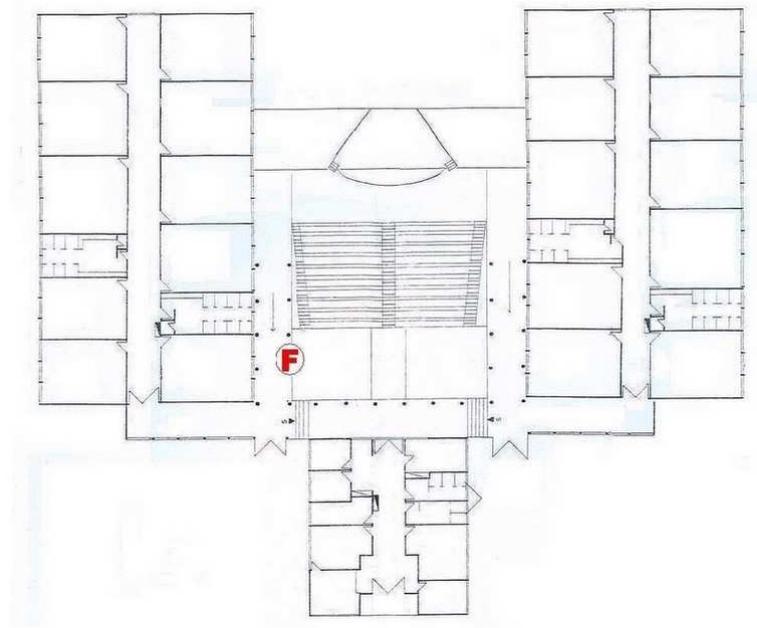


Figura 20: Em destaque direito de salas de aula da escola. 20/05/2011.

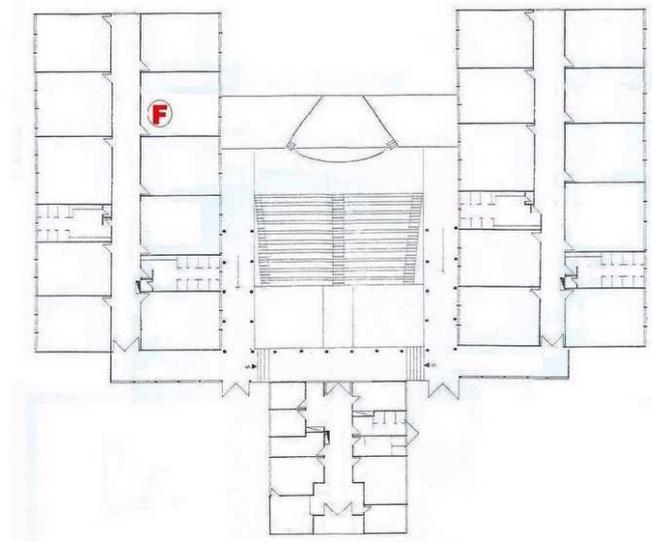


Figura 21: Uma das 16 salas de aula da escola. 20/05/2011.

As salas de aula não conservam mais o piso original de tacos, este foi substituído por ardósia em todas as salas.

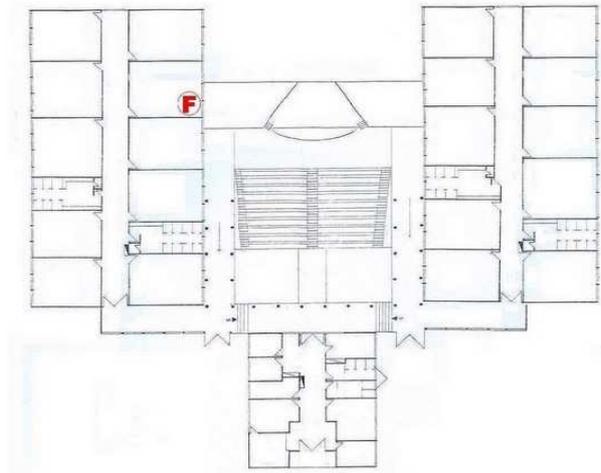


Figura 22: Por de entrada para a sala de aula. 20/05/2011.

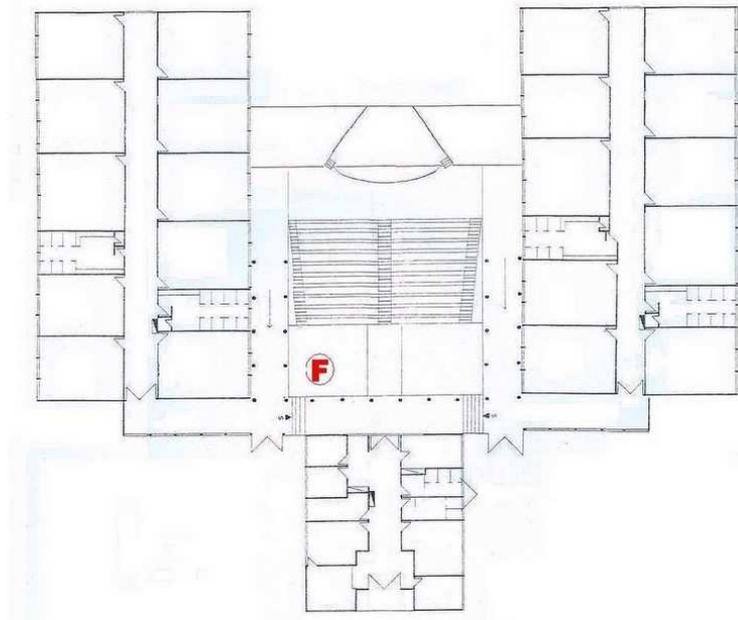


Figura 23: Teatro semi-arena da escola. 20/05/2011.

Este teatro mantém todas as características de seu projeto original, destaque ao fundo a entrada para a coxia do palco.

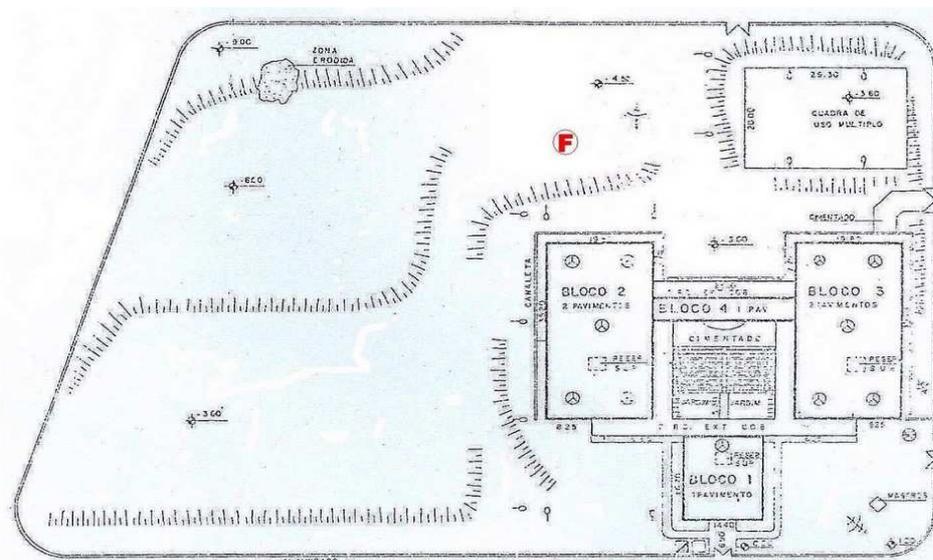


Figura 24: Em destaque a amplidão da disposição dos pavimentos no espaço escolar. 20/05/2011.

As arvores presentes na imagem não constam no projeto de edificação original da escola, e foram plantadas posteriormente.

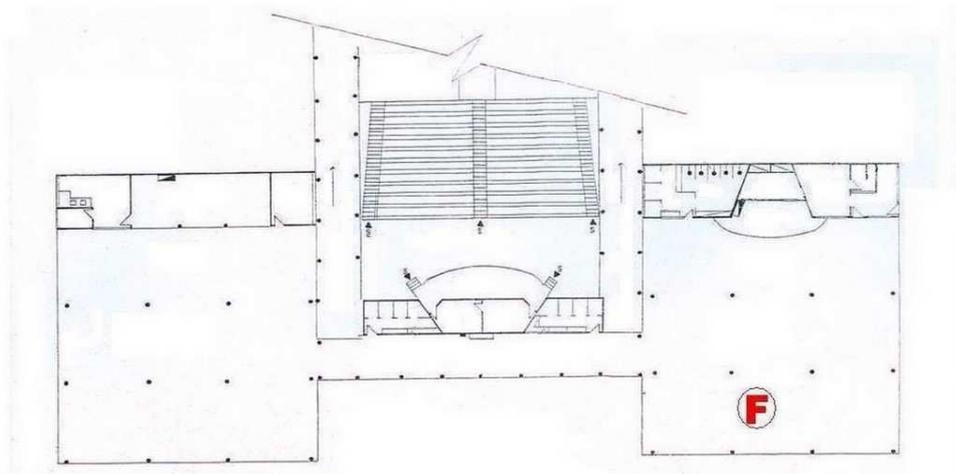


Figura 25: Pátio esquerdo da escola que possui um palco ao fundo de sua construção. 20/05/2011.

Na área direita da imagem podemos ver uma sala ao qual esta a brinquedoteca da escola, este já configurasse como uma intervenção física no espaço escolar, pois o mesmo não consta na planta original.

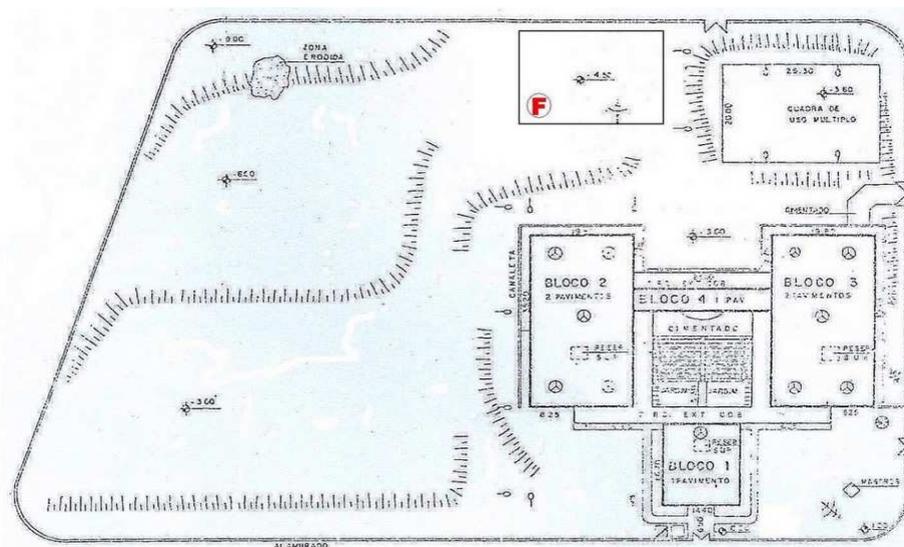


Figura 26: Parque de madeira ao ar livre. 20/05/2011.

O parque foi a primeira alteração física realizada pela Prefeitura Municipal de Campinas na Escola. Este é todo envolto por tela de arame e encontra-se no mesmo nivelamento da quadra da escola.



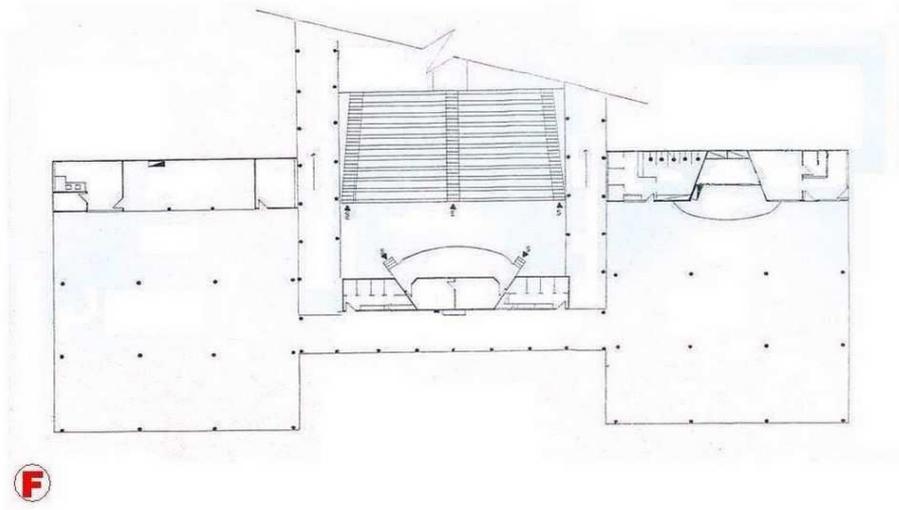


Figura 28: Estruturação dos pavimentos de aula sob pilotis. 20/05/2011.

O revestimento de concreto que contorna os pátios da escola não consta no detalhamento original arquitetônico da escola.

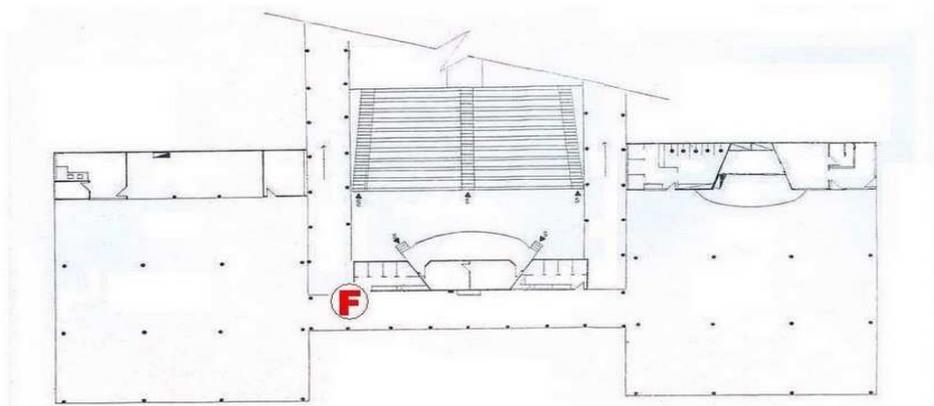


Figura 29: Corredor de ligação dos pátios inferiores escola. 20/05/2011.

As janelas do lavatório dos alunos são originais, e o espaço ainda preserva o bebedouro do projeto arquitetônico original.

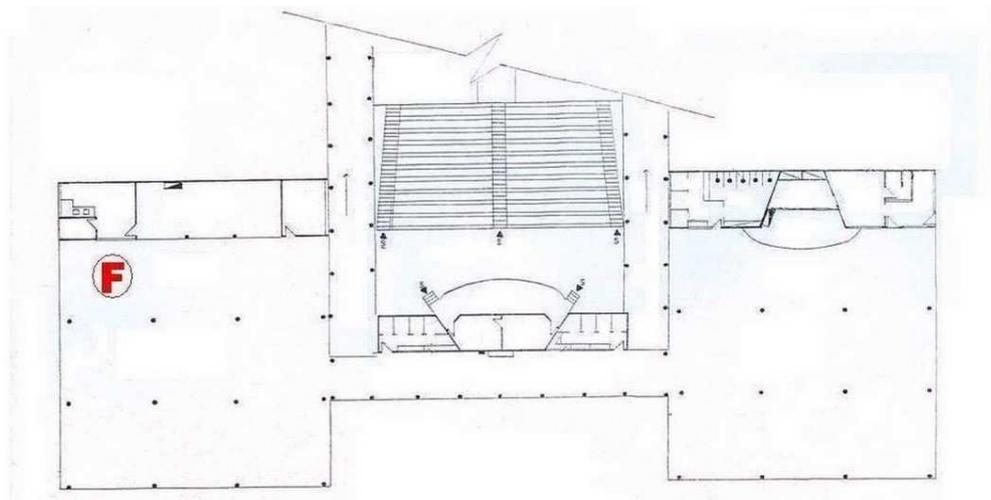


Figura 30: Refeitório da Escola. 20/05/2011.

O refeitório foi ampliado e transferido para a área paralela a cozinha da escola.

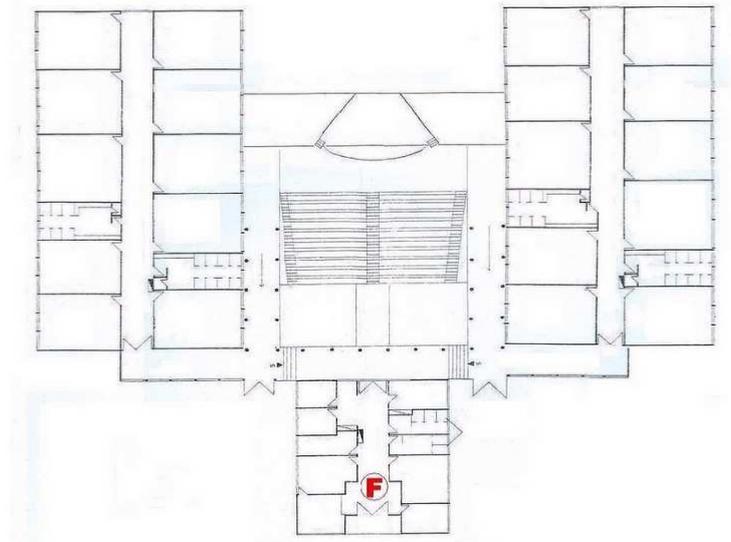


Figura 31: Corredor do pavimento administrativo da escola. 20/05/2011.

Este espaço mantém sua construção conforme a inauguração da escola, nele hoje há uma alteração da disposição no ambiente, uma cozinha foi implantada no lugar do antigo gabinete dentário, e o espaço destinado à biblioteca da escola hoje abriga a sala pedagógica.

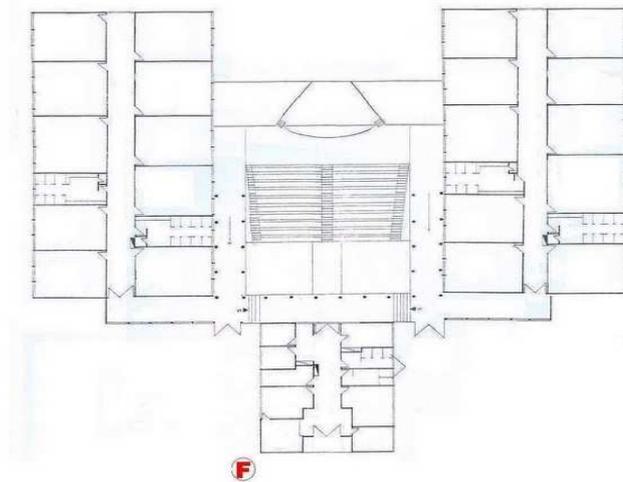


Figura 32: Caminho lateral ao pavimento administrativo da escola. 20/05/2011.

Por este caminho os alunos tinham mais uma via de acesso às salas de aula, hoje a entrada é feita por outro trajeto.



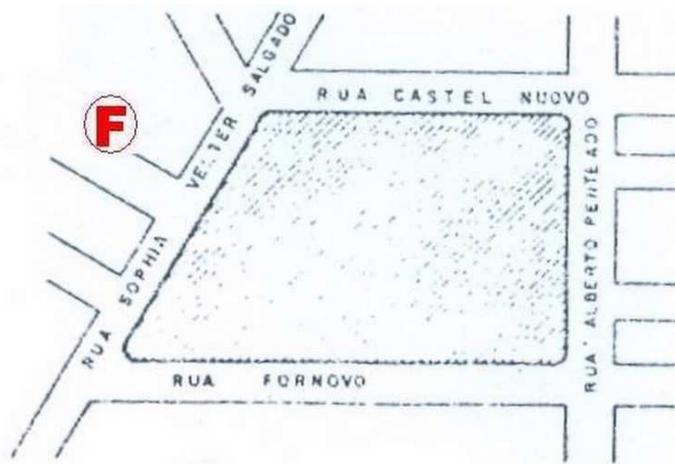


Figura 34: Vista aérea do parque e quadra da escola. 20/05/2011.

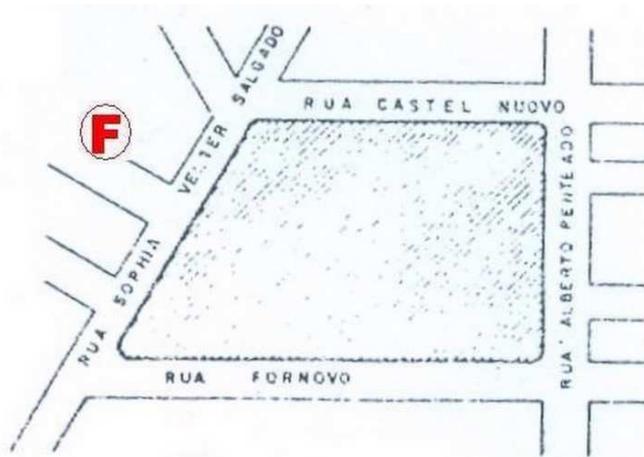


Figura 35. Vista aérea dos pavimentos de sala de aula da escola. 20/05/2011.

Nesta imagem vemos os pavimentos espelhados da escola destinados às salas de aula.

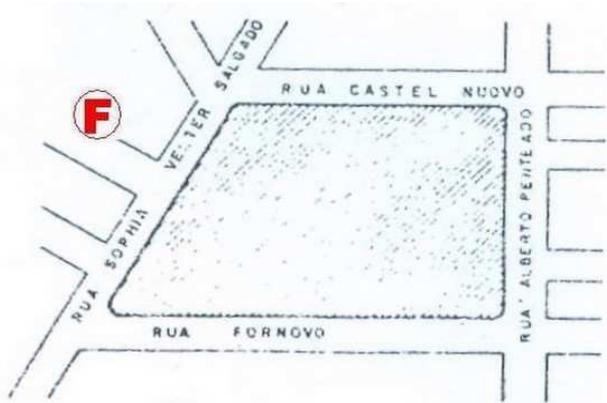


Figura 36: Vista geral de toda área da escola. 20/05/2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da “escassez” de informações e das condições de preservação do acervo da Escola Estadual Antônio Fernandes Gonçalves que hoje está em organização em outra unidade escolar, consegui durante a pesquisa recompor um pouco da história que as paredes do prédio me deixaram estruturar sob forma de trabalho de conclusão de curso. Por meio de conversas com ex-funcionárias da escola, fotografias e documentos pude elaborar este ensaio sobre o prédio escolar da rua Forno e, pude captar, pelo olhar, sua riqueza de arquitetura e história.

No desvelar as entranhas desta edificação pude perceber quão importante esta é no contexto do bairro, gerações e gerações tiveram aquele lugar como referência de educação. Esse espaço tradicional da Vila Castelo Branco, que serviu de “morada” para a primeira escola do bairro, poderia ter sido estudado de vários ângulos, mas creio que em todos os contornos que fossem realizados na abordagem deste lugar a óptica da arquitetura não poderia ficar em segundo plano.

O prédio presenciou, em cada época, o transcorrer de diferentes políticas educacionais e um sistema de ensino cada vez mais voltado à multiplicidade de seres humanos que aquelas paredes abrigam. De certa forma, a permanência da escola durante todo tempo e o processo de transformação do seu entorno, tendo ela própria sofrido pequenas modificações, dá maior importância e destaque a sua arquitetura, que permanece como um ponto de partida para prováveis memórias, histórias e imaginações.

Ao analisar o espaço escolar percebemos que este oferece outras perspectivas de educação que vão além do âmbito da sala de aula. A arquitetura como programa tal qual propaga Viñao, ressalta a importância da compreensão da dimensão educativa do

espaço, que não é neutro e educa pela disposição dos espaços, organização dos ambientes e significações dos lugares.

A fotografia e arquitetura dos espaços nos ajudam a entender a dinâmica de uma escola num determinado tempo, compreender por que ela trilhou determinado caminho e não outro. Portadoras de um conjunto expressivo de informações sobre a escola e suas práticas, as fotografias “são a expressão da forma escolar – uma maneira de ser e comportar na escola – representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores normas e símbolos considerados legítimos. Elas representam as singularidades e identidades compartilhadas” (SOUZA, 2001, p.81).

Com o transcorrer da pesquisa pude desvelar o espaço escolar e compreender as relações que nele ocorrem e as memórias que dele emergem. Aprender sobre este tema me possibilitou realizar uma aproximação entre os conhecimentos acerca da arquitetura escolar e educação, fato esse sem dúvida ira compor e embasar minhas práticas enquanto pedagoga. A dedicação a este trabalho me fez perceber quão importante é a nossa relação com espaço que ocupamos, ela nos preenche de tal forma que se pararmos pra pensar não conseguimos mensurar quem preenche quem. Afinal, em qual a parcela de nossas vivências o espaço que habitamos nos ocupa? Qual o valor do espaço na constituição enquanto sujeitos ativos da sociedade? Algumas perguntas ainda “assombram” é bom que fiquem assim. Enquanto não racionalizamos e quantificamos o valor e importância dos nossos lugares, algo ainda permanece em movimento dentro nós, nos inquietando, nos movendo, servindo assim como possível força de resistência em prol da permanência de espaços como os prédios escolares, que discursam e ensinam pelo emudecer de sua edificação e gritam na memória de nossa história.

Ao pesquisar esta edificação percebi que existem “fragmentos” que nos ajudam a dar maior fisionomia à arquitetura dos lugares. O conjunto de fragmentos e vestígios de memória e história nos possibilitam narrar um trabalho e acabar uma obra, e essa visão “geral” se perceptível no momento em que estamos “finalizando” uma construção. É somente no “final” que vemos como tudo começou. Esse distanciamento entre o início e as vias de “conclusão” de um estudo é um processo muito rico, gera angústia, apreensão, mas acima de tudo ensina. Assim como uma construção que segue um plano desde a fundação de suas bases, revestimento de suas estruturas aos contornos de seu acabamento a pesquisa se apresentou a mim dessa forma. Em constante processo de construção assim como minha formação. Da mesma maneira que corre com a rememoração de uma imagem, o (re) encontro com um espaço e a releitura de um texto, por hora este trabalho fica assim, passível de novas interpretações e reinterpretações, como a algo que intitula acabado mas não terminado.

## ANEXOS



Anexo 1: Professor Antônio Fernandes Gonçalves. []

Fonte: Acervo da Escola Antonio Fernandes Gonçalves.



Anexo 2: Padre Francisco Silva. 20/05/2011.

## BIBLIOGRAFIA

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BOLLNOW, Otto F. *O homem e o espaço*. Tradução: Aloísio Leoni: UFPR, 2008.

BRAGA, N. O desafio da política educacional na década de 70. *Educação*, Brasília, DF, v. 4, n. 15, p. 2-13, jan./mar. 1975.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

CAIADO, Aurílio S. C.; PIRES, Maria, C. S.; SANTOS, Sarah M. M. dos & MIRANDA, Zoraide A. I. "Município de Campinas". In. CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. (coords). *A Região Metropolitana de Campinas- Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2002.

ESCOLANO, Augustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e Subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares nos processos de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

FERREIRA JR, Amaurílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008

FERREIRA, Mauro. *Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca*. Tese de doutorado apresentada a escola de Engenharia de São Carlos –USP, 2007.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A.; GONÇALVES, M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

GANDINI, Lella. *Espaços Educacionais e de Envolvimento Pessoa*. In: EDWARDS, C, FORMAN, G, GANDINI, L. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GONÇALVES, José Roberto. *Espaço, Tempo e Memória, recompondo a trajetória das vilas populares em Campinas: o exemplo da Vila Castelo Branco*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Artes e Multimeios da UNICAMP. Campinas, 2002.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. *Arquitetura e Educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LE CORBUSIER. (pseudônimo de Charles Edouard Jeanneret) *Mensaje a los estudiantes de arquitetura*. Buenos Aires: Ediciones Finito, 1967.

LEMES, Paula. *A arquitetura escolar de Ramos de Azevedo: Estudo do Instituto Profissional Bento Quirino (1914-1967)*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2010.

LEHFELD, Neide Ap. de Souza. *Uma abordagem populacional para Um problema estrutural: A Habitação*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Projeto Político Pedagógico da EMEF *Padre Francisco Silva*, Campinas-SP, 2011.

RODRIGUES, Maira. *Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos*. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de USP. São Paulo, 2008.

SAINT-EXUPERY, Antoine de. O pequeno príncipe. Trad. Dom Marcos Barbosa, Rio de Janeiro, Editora Agir, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHULTZ, T.W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

SEMEGHINI, U. C. *Uma cidade e seu tempo: desenvolvimento econômico do Município de Campinas 1980-1990*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

SEMEGHINI, Ulysses C. *Campinas (1860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1988.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Fotografias escolares: a leitura de imagens na escola primária*. Educar, Curitiba, n.18, p.75-101. 2001. Editora da UFPR.

THEODORO, Janice. *A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960*. Disponível em:

[http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto\\_escolas\\_paulistas.pdf](http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf)

VIÑAO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, M. L. A. (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

VIÑAO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995.

VIÑAO, A.; ESCOLANO, A. Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

ZIMMERMANN, G. O Município no sistema tributário: os Municípios Paulistas e o caso de Campinas. In: FUNDAÇÃO SEADE. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.2, 1988.